

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE AQUIDAUANA
MESTRADO EM GEOGRAFIA
ÀREA DE CONCENTRAÇÃO: PRODUÇÃO DO ESPAÇO
REGIONAL

PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO BAIRRO JARDIM PARAÍSO NO
MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ EM RELAÇÃO AOS PROBLEMAS
AMBIENTAIS.

DALVA LUÍZA DA SILVA

AQUIDAUANA - MS

2008

DALVA LUÍZA DA SILVA

PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DO BAIRRO JARDIM PARAÍSO NO
MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ EM RELAÇÃO AOS PROBLEMAS
AMBIENTAIS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Professora Dra. Ângela Maria Zanon.

AQUIDAUANA – MS

2008

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Professora Dra. Ângela Maria Zanon

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Professor Dr. Paulo Roberto Jóia

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Professora Dra. Icléia Albuquerque de Vargas

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Professor Dr. Álvaro Banducci Júnior

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

DEDICATÓRIA

A DEUS, por ter me iluminado e concedido saúde para realização deste trabalho.

A minha família, pela compreensão, estímulos em todos os momentos desta caminhada.

As minhas quatro amigas Giancarla Baraldi, Wanessa Prado, Neucy Pereira e Camila pelo apoio e paciência que foram pra mim de muita importância.

AGRADECIMENTOS

- Ao professor Isaias Muniz pela disponibilidade em me atender nos momentos em que precisei.
- Às diretoras: Wânia A. Camacho, da Escola Municipal Maria de Lourdes Aquino Sotana, Cleci Fortunatti, da Escola Marechal Rondon e Valdeci Francisco do Couto, da escola Milton Dias Porto, pela compreensão quando tinha de me ausentar da sala de aula.
- Às pessoas e entidades públicas que forneceram as informações utilizadas neste trabalho.
- Aos amigos que, de alguma maneira, torceram por mim.
- A minha família pela compreensão e apoio durante essa caminhada.
- A todos os colegas de estudo, os quais, muitos se constituíram em grandes amizades, principalmente em torno de um mesmo tema: a defesa do meio ambiente.
- À Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, professores e servidores técnico-administrativos pela oportunidade de estudar nesta instituição de ensino gratuita e pelo acolhimento recebido.
- Ao professor Dr. Adauto de Oliveira pela força e incentivo, que me foram de grande importância para a realização do trabalho.
- A professora Dra. Ângela Maria Zanon, minha orientadora, pelos ensinamentos, apoio e colaboração.
- Aos meus amigos Dr. José A. Martins, Dr. Carlos S. Martins, Dr. Rodrigues O. Martins e Dra. Rosana K. Martins (ambos do Hospital e Maternidade Santa Ana em Naviraí/MS), pelo incentivo à minha carreira profissional.
- Ao Gerente de Meio Ambiente, João do C. Neves (Prof^o. Chocolate).

“(...) respostas vêm sendo formuladas concretamente pelo conjunto das pessoas que ensaiam práticas significativas em todos os lugares e em todas as situações do mundo atual. Portanto, não há um sujeito histórico único. Muitos são os sujeitos destas mudanças. Elas se orientam por um novo sentido de viver e atuar. Por uma nova percepção da realidade e por uma nova experiência do ser. Elas emergem de um caminho coletivo que se faz caminhando.”

Leonardo Boff

RESUMO

Neste trabalho investigou-se a percepção ambiental de um total de 50 (cinquenta) moradores do bairro Jardim Paraíso na cidade de Naviraí. Trata-se de uma pesquisa aplicada subsidiada pela teoria da geografia da percepção e do comportamento humano, com abordagem qualitativa. O principal objetivo foi a verificação da percepção ambiental dos moradores em relação aos problemas ambientais. A coleta de dados contemplou a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Nesta última, visando à verificação e validação da pesquisa, foi utilizada a técnica de abordagem investigativa (entrevista semi-estruturada) com nove questões abertas. A análise dos dados obtidos revelou que a percepção ambiental dos moradores do bairro Jardim Paraíso está em consonância com a percepção ambiental do órgão de fiscalização ambiental, manifesta através do gerente de Meio Ambiente de Naviraí. Tal procedimento permitiu verificar a percepção ambiental da população, a visualização da real situação a partir do maior interessado do bairro: o próprio morador. A expectativa é que esta pesquisa possa efetivamente representar uma contribuição para entender a evolução espacial e social da cidade na tentativa de elaborar subsídios para o poder público, que ao se envolver com o bem-comum, fornece-lhe condições para uma política de planejamento voltada aos interesses da população.

Palavras chave: Percepção ambiental, planejamento urbano e sociedade.

ABSTRACT

In this work the environmental perception of a total of 50 was investigated (fifty) residents of the neighborhood Jardim Paraíso in the city of Naviraí. It is an applied research subsidized by the theory of the geography of the perception and of the human behavior, with qualitative approach. The main objective was the verification of the residents' environmental perception in relation to the environmental problems. The collection of data contemplated the bibliographical research and the field research. In this last one, seeking to the verification and validation of the research, the technique of approach investigativa was used (semi-structured interview) with nine open subjects. The analysis of the obtained data revealed that neighborhood Jardim Paradise's residents' environmental perception is in consonance with the environmental perception of the organ of environmental fiscalization, he/she manifests through the manager of Environment of Naviraí. Such procedure allowed to verify the environmental perception of the population, the visualization of the real situation starting from the largest interested party of the neighborhood: the own resident. The expectation is that this research indeed can represent a contribution to understand the space and social evolution of the city in the attempt of elaborating subsidies for the public power, that when wrapping up with the well-common, it supplies him/her conditions for a planning politics returned to the interests of the population.

Words key: Environmental perception, urban planning and society.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE FOTOS.....	ix
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE SIGLAS	xi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1.....	5
1.1 A GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO E O COMPORTAMENTO HUMANO.....	5
1.2 MEIO AMBIENTE URBANO.....	10
CAPÍTULO 2.....	14
2.1 A CIDADE DE NAVIRAÍ E O BAIRRO JARDIM PARAÍSO.....	14
2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	26
CAPÍTULO 3.....	29
ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	29
3.1 Dados demográficos dos moradores do bairro Jardim Paraíso.....	29
3.4 Percepção do responsável pelo órgão de fiscalização ambiental de Naviraí	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	55
ANEXOS.....	59

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão política do desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul.....	14
Figura 2: Planta cadastral da cidade de Naviraí/MS.....	16

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Naviraí 1952.....	15
Foto 02 – Naviraí 1978.....	17
Foto 03 – Naviraí 2007.....	18
Foto 04 – Retirada de entulho do Córrego do Touro.....	19
Foto 05 – Dejetos do curtume no Córrego do Touro.....	19
Foto 06 – Visão aérea do bairro Jardim Paraíso.....	20
Foto 07 – Avenida Amambaí (via de acesso ao Jardim Paraíso).....	21
Foto 08 – Ação antrópica às margens do Córrego do Touro.....	22
Foto 09 – Ocupação irregular das margens do Córrego do Touro.....	22
Foto 10 – Área de plantação de eucalipto no bairro Jardim Paraíso.....	23
Foto 11 – Distrito Industrial (saída para BR 163).....	24
Foto 12 – Área destinada à construção de uma praça.....	24
Foto 13 – Ausência de arborização e pavimentação.....	25
Foto 14 – Esgotos a céu aberto lançados na rua	39
Foto 15 – Lixo espalhados na rua e terreno baldio.....	39
Foto 16 – Entulhos de lixo na rua.....	40
Foto 17 – Lixo na rua	41
Foto 18 – Esgoto doméstico.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gênero dos entrevistados.....	29
Gráfico 2: Percentual de idade dos entrevistados.....	30
Gráfico 3: Grau de instrução.....	30
Gráfico 4: Renda	31
Gráfico 5: Interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente.....	31
Gráfico 6: Que tipo de informações tem sobre problemas ambientais.....	33
Gráfico 7: Como fica sabendo dessas informações.....	34
Gráfico 8: Conhecimento sobre Legislação Ambiental.....	35
Gráfico 9: Quem fiscaliza a Legislação Ambiental.....	36
Gráfico 10: De quem é a responsabilidade do cumprimento das Leis Ambientais.....	37
Gráfico 11: Principais problemas ambientais do bairro.....	38
Gráfico 12: Interferência dos problemas ambientais em seu bem estar.....	42

LISTA DE SIGLAS

APP – área de Proteção Permanente

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente

GEMA – Gerência Municipal de Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade, a relação entre a sociedade e o ambiente natural esteve marcada, seja por um forte temor (por exemplo, o homem primitivo frente às forças incontroláveis e desconhecidas da natureza), seja, mais tarde, pela vontade deliberada de desvendar os mistérios dessa natureza, para assim poder vencê-la e dominá-la.

Desse modo, à medida que o homem foi desenvolvendo novas tecnologias e ampliando o seu domínio sobre os elementos naturais e a natureza em geral, os impactos ambientais foram ampliados em intensidade e extensão. Assim, o modo de produção econômica utilizada pela humanidade provoca alterações ambientais significativas.

A percepção do indivíduo sobre o ambiente onde vive – seu espaço geográfico – pode contribuir para uma postura política necessária à reestruturação do espaço, com conseqüente melhoria da qualidade de vida.

Contextualizando, Santos (1988) citado por Mansano afirma que,

O espaço transformado carrega marcas da ação da intervenção do homem na natureza, e a Geografia enquanto ciência tem um papel importantíssimo para a compreensão desta transformação (MANSANO, 2006, p. 88).

Sabemos que cada indivíduo tem uma relação própria com a paisagem que o cerca, e cada uma percebe de maneira diferente, de forma singular. Tais diferenças estão ligadas a percepção que cada um construiu em relação ao meio, envolvendo ainda, a percepção em relação à sociedade, ao trabalho, à natureza e aos próprios homens. O espaço experimentado, assim apresenta diferentes significados e provoca diferentes reflexões.

Nesse sentido, pelas características naturais, histórias, políticas, sociais e econômicas, as cidades têm sido objeto de estudo nas mais diferentes áreas do conhecimento científico. A percepção do espaço há muito vêm interessando geógrafos e urbanistas.

As contribuições com base nesse enfoque teórico são importantes para entender a evolução espacial e social da cidade na tentativa de elaborar subsídios para o poder público, que ao se envolver com o bem-comum, fornece-lhe condições para uma política de planejamento voltada aos interesses da população.

No campo da Geografia Urbana, trabalhos sobre a percepção têm sido realizados e aplicados ao planejamento urbano das cidades. Contudo, as abordagens e as metodologias que os acompanham estão, muitas vezes, impregnadas de uma perspectiva analítica, visando a uma política de ordenamento espacial que nem sempre vai ao encontro dos anseios e das necessidades do contingente urbano.

Referindo-se especificamente à cidade de Naviraí, o enfoque será dado a partir do processo histórico do modo de ocupação do espaço baseado na produção agrícola. Sendo que, no decorrer desse processo, o município passou por vários ciclos econômicos; iniciando com a extração da erva-mate, o café, o extrativismo madeireiro, a cultura do algodão, em seguida, a pecuária, o comércio diversificado e o setor industrial.

Procurando manter como linha de frente a discussão desta temática em Naviraí, o trabalho proposto não visa somente o meio urbano em si, mas uma compreensão da construção da realidade urbana com implicações na vida pessoal e social de seus habitantes, com reflexos no comportamento e na percepção sobre a cidade de Naviraí, mais especificamente o bairro Jardim Paraíso, onde foi realizada a pesquisa.

Com base nessas considerações, tendo em vista que o homem estabelece suas inter-relações com o mundo a partir das que ele tem no meio em que vive, procurou-se investigar qual a percepção ambiental que os moradores do bairro Jardim Paraíso têm em relação aos problemas ambientais, com a finalidade de correlacionar os problemas ambientais do bairro com o processo de urbanização em Naviraí.

A escolha dessa temática como objeto de pesquisa e análise, além de nosso singular interesse pela realidade urbana, e especificamente, pela questão ambiental, prende-se também à oportunidade de oferecer uma contribuição ao conhecimento sobre a cidade, sobretudo ao se considerar o processo de apropriação e uso do espaço, principalmente na área urbana. A escolha do referido bairro justifica-se em

função da convivência com vários problemas ambientais (lixo, mau cheiro, muita poeira, etc.) na escola onde leciono a três anos.

Considerando-se que a geografia aborda em seu rol de discussões as relações da sociedade com o espaço, cabe ao geógrafo a tarefa fundamental de realizar leituras do espaço, sob a ótica social, neste caso, no sentido de analisar a percepção dos moradores em relação aos problemas ambientais.

Para o cumprimento dos objetivos traçados utilizamos a pesquisa bibliográfica para formar o arcabouço teórico do trabalho. Realizamos entrevistas com moradores em cinco (5) pontos do bairro com a finalidade de coletar informações sobre os problemas ambientais. Para efeito de ilustração, localização e melhor clareza da temática analisada utilizamos fotografias panorâmicas e aéreas, cedidas pelo Departamento de Imprensa da Prefeitura Municipal de Naviraí.

Contudo, vale ressaltar que a importância da pesquisa deve ser avaliada não somente a partir da relevância da análise da temática ambiental, mas sobretudo pela possibilidade de demonstrar a complexidade que permeia os processos de uso e da ocupação do solo na área urbana. Diante disso, a presente pesquisa delimita-se ao estudo da percepção ambiental urbana, em especial, o bairro Jardim Paraíso na cidade de Naviraí.

Desta forma o trabalho esboçado está dividido em três capítulos: o primeiro capítulo contém a parte introdutória do trabalho e é composto do tema em estudo, da descrição dos objetivos do trabalho, da delimitação da pesquisa e sua relevância.

No segundo capítulo, é apresentada a revisão bibliográfica sobre percepção ambiental no âmbito da ciência geográfica, que serviu para compreender, explicar e dar significado ao tema estudado, localização da área em estudo e os procedimentos metodológicos para coleta e análise dos dados.

No terceiro capítulo, o relatório da tabulação, a apresentação, a análise descritiva e as discussões dos resultados obtidos, bem como a avaliação do modelo proposto para a pesquisa.

Por fim, tecemos algumas considerações, buscando estabelecer relações entre as discussões teóricas e os dados da pesquisa. Explicita a análise entre o problema e os objetivos (geral e específico) da pesquisa e seus resultados. Também é apresentada

uma avaliação da consistência entre os resultados do estudo, as abordagens teóricas e os modelos utilizados.

CAPÍTULO 1

1.1 A GEOGRAFIA DA PERCEPÇÃO E O COMPORTAMENTO HUMANO

Orientada pela linha filosófica do neopositivismo, a Geografia da Percepção segue uma das três linhas metodológica, que é o da Geografia Humanística. Dentro de um enfoque existencialista e psicológico essa tendência busca compreender a organização do espaço e a percepção que o indivíduo tem do meio em que vive frente às condições da natureza.

Nesse sentido, tendo em vista que o objetivo geral da pesquisa é – verificar qual a percepção que os moradores do bairro Jardim Paraíso têm em relação aos problemas ambientais, torna-se necessário conceituar o que é percepção e a partir daí definir percepção ambiental.

Diante disso, Tuan (1982, p. 4), define percepção como: Percepção é [...] tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados.

Segundo o autor, cada indivíduo valoriza aquilo que lhe propicia satisfações e que está enraizado na sua própria cultura, ou seja, a nossa sobrevivência biológica. Destaca ainda a importância de rever e redefinir as noções mais fundadas sobre o mundo seja com novas palavras, empreendendo uma verdadeira reforma sobre o entendimento, evidenciando o homem que não mais se reconhece, convidando-o a pensar-se como enigma.

Na concepção de Piaget (1976), citado por Ester Eloísa Addison,

A percepção assume um relacionamento de contato material recíproco entre o homem e o meio. A percepção é concebida quando o conhecimento adquirido ocorre através do contato direto. É imediata a percepção dos objetos que estão mais próximos aos seres, tudo se processando no mesmo campo sensorial (ADDISON, 2003, p. 41).

De acordo com o autor, a possibilidade que o indivíduo tem em aprender o espaço vivido como lugar é atribuído à experiência, pois esta noção envolve a

subjetividade e a afetividade do ser humano no que se refere à percepção. Depois dessa perspectiva histórico-cultural, se faz necessário expor a concepção de meio ambiente de diversos autores, para fundamentar a percepção ambiental.

A princípio, os estudos de percepção do meio ambiente pelos geógrafos americanos se concentraram apenas no entendimento do comportamento espacial, focalizando o comportamento e a percepção propriamente dita. Mais recentemente, as abordagens sobre percepção estão voltadas também para a cognição.

No Brasil, Livia de Oliveira (2004, p. 23), fundamentada na obra de Piaget afirma que ao antecipar, comparar, transferir, explorar, transpor espacial e temporalmente, esquematizar ou mesmo referenciar estamos relacionando a percepção e a inteligência, ou seja, é a atividade perceptiva que nos permite atribuir significado e aquisição de conhecimento, pois segundo o autor, a percepção é algo puramente ligado aos sentidos.

Nesse contexto, baseando-se nas afirmações de Livia de Oliveira, alguns estudiosos interessados pelos estudos da percepção ambiental no Brasil tornaram-se seus discípulos, em pesquisas científicas na área. Exemplo disso é abordado na literatura de Lucy Marion Machado (Paisagem valorizada: a Serra do Mar como espaço e lugar), a qual, em seu estudo a respeito da percepção, afirma que existem diferentes percepções entre os estudiosos e os moradores da Serra do Mar.

Para a autora, os pesquisadores percebem o espaço em sua dimensão científica, já os moradores percebem os aspectos afetivos, demonstrando a vivência dos moradores com o lugar.

Nas palavras da autora:

O enraizamento do homem ao lugar é um aspecto que não pode mais ser colocado de lado pelos pensadores preocupados com o espaço humano. Como conciliar este descompasso? [...] estamos nos tornando altamente conscientes da necessidade de se compreender as razões humanas e identificar os valores sociais embebidos nas atitudes ambientais: os meios e a consciência devem, agora, entrelaçar-se (MACHADO, 1996, p. 119).

Del Rio (1996), em um estudo da percepção ambiental para a intervenção urbanística e a revitalização portuária do Rio de Janeiro, interpretou a percepção como:

Entendemos a percepção como um processo de interação do indivíduo com o meio ambiente que se dá através de mecanismos perceptivos propriamente ditos e, principalmente cognitivos [...] Embora essas percepções sejam subjetivas para cada indivíduo, admite-se que existam recorrências comuns, seja em relação às percepções e imagens, seja em relação às condutas possíveis (DEL RIO, 1996, p. 3-4).

Ferrara define a percepção como,

Percepção ambiental é a forma de conhecimento, processo ativo de representação que vai muito além do se vê ou penetra pelos sentidos, mas é uma prática representativa de claras conseqüências sociais e culturais [...] supõe uma elaboração de informações que ocorrem no interior do indivíduo a partir de pequenas experiências, porém são apenas possíveis e, nesse sentido, não podem ser jamais previstas ou programadas. (FERRARA, 1999, p. 264).

Cabe ressaltar que, atribui-se as diferentes formas que cada indivíduo percebe o mundo a interpretações de percepções, isto é, como a análise da percepção ambiental contribuir para a compreensão das paisagens no que se refere aos seus significados e interesse.

Desse modo, Gibson (1950) citado por Lívia de Oliveira enfatiza que,

O mundo está saturado por muitas classes de significados, as quais se vão multiplicando a medida em que vivemos. Os significados interferem na percepção do espaço, selecionando ou modificando propriedades tais como a cor, o tamanho e o contorno do objeto. Tais propriedades estão na dependência da personalidade ou da cultura de quem percebe. À medida que os objetos são identificados e observados as diferenças e semelhanças entre eles, as percepções do mundo tornam-se diferenciadas (OLIVEIRA, 2000, p. 15).

Diante disso, o conceito atual de percepção ambiental de uma forma ampla é entendido como parte do processo histórico e cultural, uma vez que faz parte que está carregada de significados. Isto é, a percepção do mundo é feita através de todos os sentidos, os quais variam conforme os contextos nos quais as pessoas estão inseridas.

De acordo com Faggionato (2005), citada por Silva considera percepção ambiental como sendo,

O ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive. As respostas ou manifestações daí decorrentes são resultado das percepções (individuais e coletivas), dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa (SILVA, 2006, p. 34).

Assim, concordando com a autora, pode-se dizer que a forma como o indivíduo vê o mundo é particular e, cada um atribui diferentes significados à paisagem, pois a percepção envolve a aprendizagem individual.

Diante disso, de acordo com a concepção de Reigota (2004) citado por Silva,

Cada pessoa percebe o meio ambiente “em função das suas representações, conhecimento específico e experiências cotidianas no tempo e no espaço”. Ou seja, não se trata de pensar o que a natureza é, mas de perceber que a relação dos humanos entre si direciona a convivência com ela, ao mesmo tempo em que a estrutura dessa convivência molda as culturas e maneiras de viver, dialeticamente (SILVA, 2006, p. 34).

Do mesmo modo, Ribeiro (2004), citado por Silva, argumenta que “A percepção do ambiente está estreitamente relacionada com a cultura e história que nos impregnam” (SILVA, 2006, p. 34).

Diante disso, baseando-se nas afirmações de Reigota e Ribeiro percebe-se que ao longo do processo histórico-cultural no Brasil e no mundo sofre transformações significativas na percepção do meio ambiente, pois a linguagem utilizada para a interpretação das impressões nas pesquisas de percepção ambiental, mostra que o sujeito da pesquisa passa por vários instrumentos que ajuda o pesquisador a compreender a percepção ambiental e as informações que ela apresenta.

Ao referir-se ao meio ambiente como sendo o espaço onde os componentes sociais e culturais se relacionam, percebe-se que os elementos do meio natural e

construído estão em constante transformação, numa dinâmica delineada pela percepção, definindo-o em lugar e tempo específico.

Nessa perspectiva Moraes (1990) afirma que:

Esta buscaria entender como homens percebem o espaço por eles vivenciado, como se dá sua consciência em relação ao meio e como percebem e reagem frente às condições e os elementos do meio ambiente e como esse processo se reflete na ação e sobre o espaço, (MORAES 1990, p.106).

Assim, podemos dizer que a forma como o indivíduo vê o mundo é particular, pois cada um atribui diferentes significados à paisagem, pois a percepção envolve a aprendizagem individual.

Em relação à paisagem, Rodrigues (2002) argumenta que os primeiros significados do termo “paisagem” surgiram no século XVI e estavam relacionados com a estética; contudo, ao longo do tempo o termo foi tomando novas significações.

Nesse contexto, a autora faz algumas reflexões sobre paisagem:

[...] aquilo que denominamos de paisagem não corresponde exatamente ao “real”, e sim à resultante de processos mentais [...] As representações da paisagem variam de indivíduo para indivíduo, já que a sua interação com o mundo é afetada por diversos fatores [...] Assim, intrinsecamente dependente da maneira como o homem a percebe, as representações das paisagens não são unívocas [...] (RODRIGUES, 2002, p. 8 -10).

De acordo com a autora, a percepção e a imagem são dinâmicas no tempo e no espaço e a compreensão do meio ambiente urbano muda simultaneamente com a idade, classe social, atitudes, valores, e atribuições do meio ambiente, ou seja, diante da complexidade perceptiva e da constante variação da imagem ambiental, os nossos sentidos também são afetados de várias formas, onde a capacidade de mudança é muito grande, a visão, sem dúvida, é o sentido mais utilizado.

Nesse sentido, de acordo com Gibson (1950), citado por Oliveira a visão é um guia muito eficaz para que os homens se movimentam, trabalhem e apreciem a

paisagem [...] a visão apresenta características complexas e se completa com o sistema psicológico, envolvendo percepção e inteligência (OLIVEIRA, 2000, p. 12).

Diante do complexo sistema da formação da imagem, inúmeras variáveis podem ocorrer e a compreensão do ambiente depende dos estímulos que formam a imagem.

Nesse sentido, Lynch (1960) citado por Addison argumenta que,

O meio sugere distinções e relações que de acordo com a ação e objetivos, o observador escolhe e organiza o significado do que vê. A imagem vista dessa forma limita a percepção mediante um processo de seleção e interação, podendo variar de pessoa para pessoa. A coerência das imagens dá-se pela semelhança dos mapas mentais. (ADDISON, 2003, p. 47)

Dessa forma, de acordo com a afirmação do autor, o homem por meio da sua forma particular de ver o mundo transforma o espaço, diante disso, a imagem fica limitada ao resultado dessa transformação, ou seja, a imagem é vista de maneira diferenciada por cada indivíduo.

Ao referir-se ao estudo do espaço geográfico, de acordo com Santos (1988, p.61), este é um tema que está intrínseco nas diversas áreas do conhecimento, pois diversos profissionais analisam o espaço como um produto e processo histórico. Para o autor “Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelos movimentos da sociedade, da produção”.

Assim, de acordo com o autor não existe espaço sem tempo nem tempo sem espaço, pois o espaço geográfico atual é o espaço onde a vida humana tem um papel fundamental e, onde os seres humanos se relacionam, ou seja, torna-se necessário percebê-lo e interpretá-lo, com a finalidade de melhor compreender as relações que nele se desenvolvem, bem como os processos de percepção ambiental individual de cada ser humano.

1.2 MEIO AMBIENTE URBANO

Em relação ao meio ambiente urbano, sabe-se que o Brasil passou por dois fenômenos que merecem destaque quando se fala de ambiente urbano: a rápida

industrialização, experimentada a partir do pós-guerra, e a urbanização acelerada que se seguiu. No curso desse processo, reflexo das políticas desenvolvimentistas, então vigentes uma série de regras de proteção ao meio ambiente e ao cidadão foi desrespeitada ou mesmo desconsiderada.

Desse modo, o resultado tem sido o surgimento de cidades sem infra-estrutura e disponibilidade de serviços urbanos capazes de comportar o crescimento provocado pelo contingente populacional que migrou para as cidades.

Nesse contexto, Milton Santos (1993) afirma que:

[...] No Brasil entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece um aumento espetacular, ou seja, o número de pessoas morando nos núcleos urbanos teve significativo incremento, o que provocou o surgimento de problemas ambientais, ligados principalmente à ocupação de grandes áreas naturais, problemas de infra-estrutura, micro-climas urbanos, entre outros [...]

Nesse sentido, ao referir-se a complexidade do que se denomina problema ambiental urbano, o ambiente construído desempenha papel preponderante na constituição do problema e as cidades não são apenas os espaços onde se evidenciam problemas sociais, mas em tudo aquilo que transcende ao meio físico que envolve questões culturais, econômicas e históricas.

Em relação ao meio ambiente urbano, Viola (1991) enfatiza que:

A rigor estudar o meio ambiente urbano, significa entendê-lo de um lado como reflexo social, e de outro, como condicionante social, isto é, refletir os processos e as características da sociedade que o criou e ali vive (VIOLA 1991, 5-6).

De acordo com o autor, as características que o meio ambiente urbano traz e o resultado do processo de produção e reprodução desse espaço pela sociedade, na medida em que amplia os avanços tecnológicos, ou seja, sociedade e espaço não podem ser vistos desvinculadamente, pois a cada estágio de desenvolvimento da sociedade corresponderá um estágio de desenvolvimento da produção espacial.

Do mesmo modo, Carlos (1994, p. 42), analisa o espaço urbano através do processo de reprodução do espaço urbano enquanto condição e produto da sociedade, num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade.

Diante disso, pode-se perceber que conforme os aglomerados urbanos vão se estabelecendo, as atividades se desenvolvendo (comércio, indústrias e serviços) e os núcleos se subdividindo, É, pois, na dinâmica da cidade que os ambientes naturais encontram-se mais fortemente comprometidos e alterados pela repercussão dos processos sociais.

Penteado (1980) enfatiza que,

O meio ambiente urbano é como um sistema de interações entre fatores físicos, químicos, biológicos e sociais susceptíveis de ter um efeito direto ou indireto, imediato ou em longo prazo, sobre os seres vivos e as atividades humanas (PENTEADO, 1985, p. 125).

Nesse sentido, de acordo com a autora, à medida que se ampliam os avanços tecnológicos, alguns elementos naturais, tais como o solo, a água e a vegetação, podem passar por processos de degradação, como por exemplo: assoreamento dos leitos dos rios, que pode interferir, de maneira substancial, no abastecimento de água dos centros urbanos.

Em relação a essa questão Rodrigues (1998) enfatiza que,

Espaço construído é o resultado da profunda transformação do ambiente para adequá-lo às necessidades da aglomeração, e para transformá-lo em habitat da população e das atividades humanas aglomeradas (RODRIGUES 1998, p. 188).

Esses conceitos de meio ambiente urbano se completam, e possibilitam identificar as relações constitutivas do ambiente urbano: a paisagem como relações entre indivíduos e objetos de percepção visual - as relações homens natureza que caracterizam o ambiente; os objetos da percepção visual como expressão morfológica do ambiente, como conformações e configurações do ambiente.

Diante de tais afirmações expostas pelos referidos autores, centramos nossa atenção nas questões ambientais urbanas da cidade de Naviraí, mais especificamente, a percepção ambiental dos moradores do bairro Jardim Paraíso, pois a expansão urbana é caracterizada através de estabelecimento de conjuntos habitacionais e loteamentos em toda extensão da área urbana, fato esse que favoreceu a ocupação, provocando uma série de impactos ambientais¹. Cita-se, a título de exemplo, os bairros: Jardim Eldorado, Alvorada, Tarumã II localizados a esquerda da margem do córrego e Paraíso à direita, sendo este último o nosso objeto de pesquisa.

Nesse sentido, a ciência geográfica deve estar voltada para as questões ambientais e para a percepção ambiental da sociedade em relação ao ambiente. É esta prática que visa a contribuir para a apreensão da problemática ambiental e, em especial, de como os indivíduos percebem seu espaço e se relacionam com ele, possibilitando sua criticidade e consciência de seu papel na sociedade.

Desta forma, o estudo de percepção ambiental pode contribuir como estratégia para verificar o comportamento, valores e atitudes dos moradores em relação à realidade em que vivem e a partir daí buscar soluções em conjunto, para os problemas detectados, compreendendo que uma das formas de se buscar as soluções, seja por meio de implementação de projetos construído e desenvolvido coletivas, ente.

¹ A Resolução nº. 01/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA define o impacto ambiental como qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais BRASIL, (2004).

CAPÍTULO 2

2.1 A CIDADE DE NAVIRAÍ E O BAIRRO JARDIM PARAÍSO

No contexto estadual, o município de Naviraí, de acordo com a Divisão Política do Desenvolvimento Regional do governo do Estado, compõe com outros quatorze municípios, a Região Sul-Fronteira, como indica a figura a seguir.

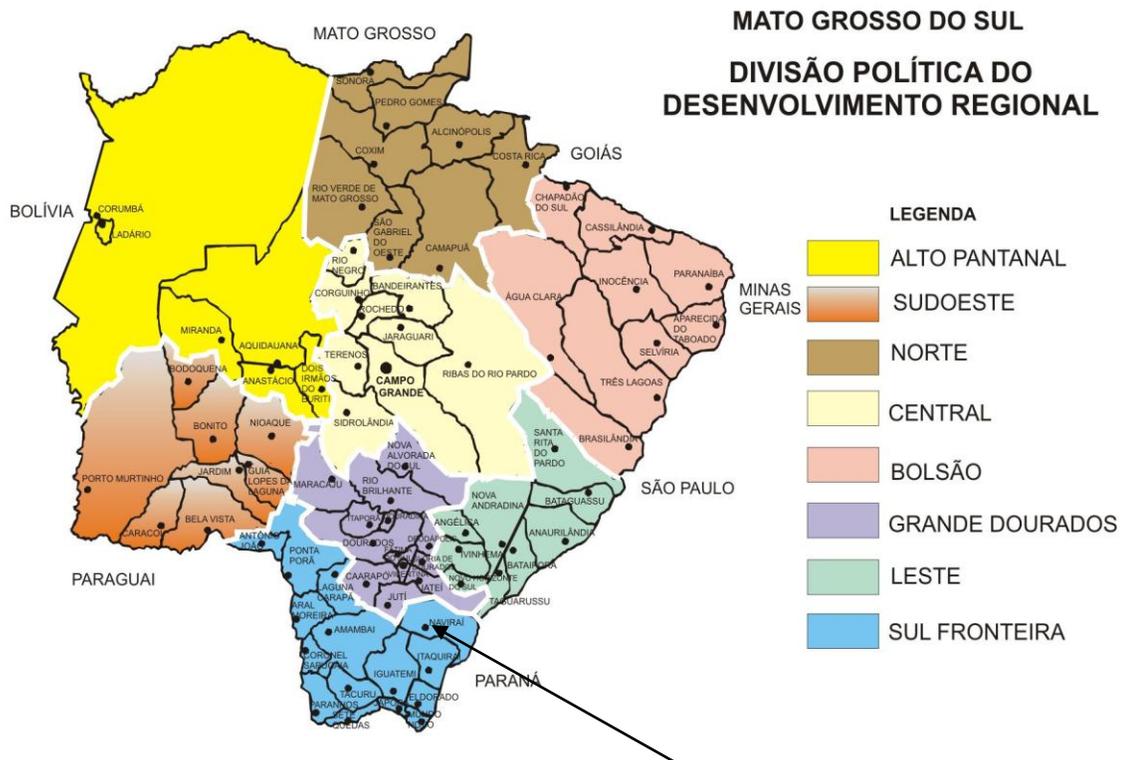


Figura 1 – DIVISÃO POLITICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO MATO GROSSO DO SUL (2002)

Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, 2002.
Org. SILVA, Dalva L. da - 2007

Segundo dados do Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável da Região Sul-Fronteira (2000, p. 12), de acordo com critérios adotados (similaridade, homogeneidade e identidade de caráter econômico, infra-estrutural, geográfico, político, histórico e social) para delimitação espacial, do ponto de vista da potencialidade econômica, em Naviraí predomina a agricultura e a pecuária como principais atividades. O desenvolvimento agroindustrial ainda se situa em estágio inicial.

Segundo dados da Prefeitura de Naviraí, o município de Naviraí foi fundado em 1952, quando o Sr. Ariosto da Riva e um grupo de empresários procedente da cidade de Vera Cruz - SP, instalaram no povoado² a colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Ltda. Considerando o aspecto de fixação ao local destacamos como primeiros moradores de Naviraí os pioneiros Maryoshi Fukuda, Modesto Morel, Antonio Augusto dos Santos, Antonio Torres, entre outros.



Foto 01 – Naviraí 1952

Fonte: Departamento de Imprensa da Prefeitura, 2007

Org. SILVA, Dalva L. da

Já na chegada os primeiros habitantes observam a riqueza dessa terra por sua fertilidade e abundância de mananciais. Gradativamente o município começou a ganhar projeção estadual com a chegada de novas famílias, notadamente descendentes de japoneses, iniciando a partir daí ciclos importantes no setor produtivo: erva-mate, o cultivo de café, madeira, algodão, comércio diversificado e agora o setor industrial.

² Naviraí em 1952, no início da colonização, o povoado era alcançado apenas por via fluvial, através do rio Amambaí, e, somente em 1955, o acesso pôde ser realizado por via terrestre.

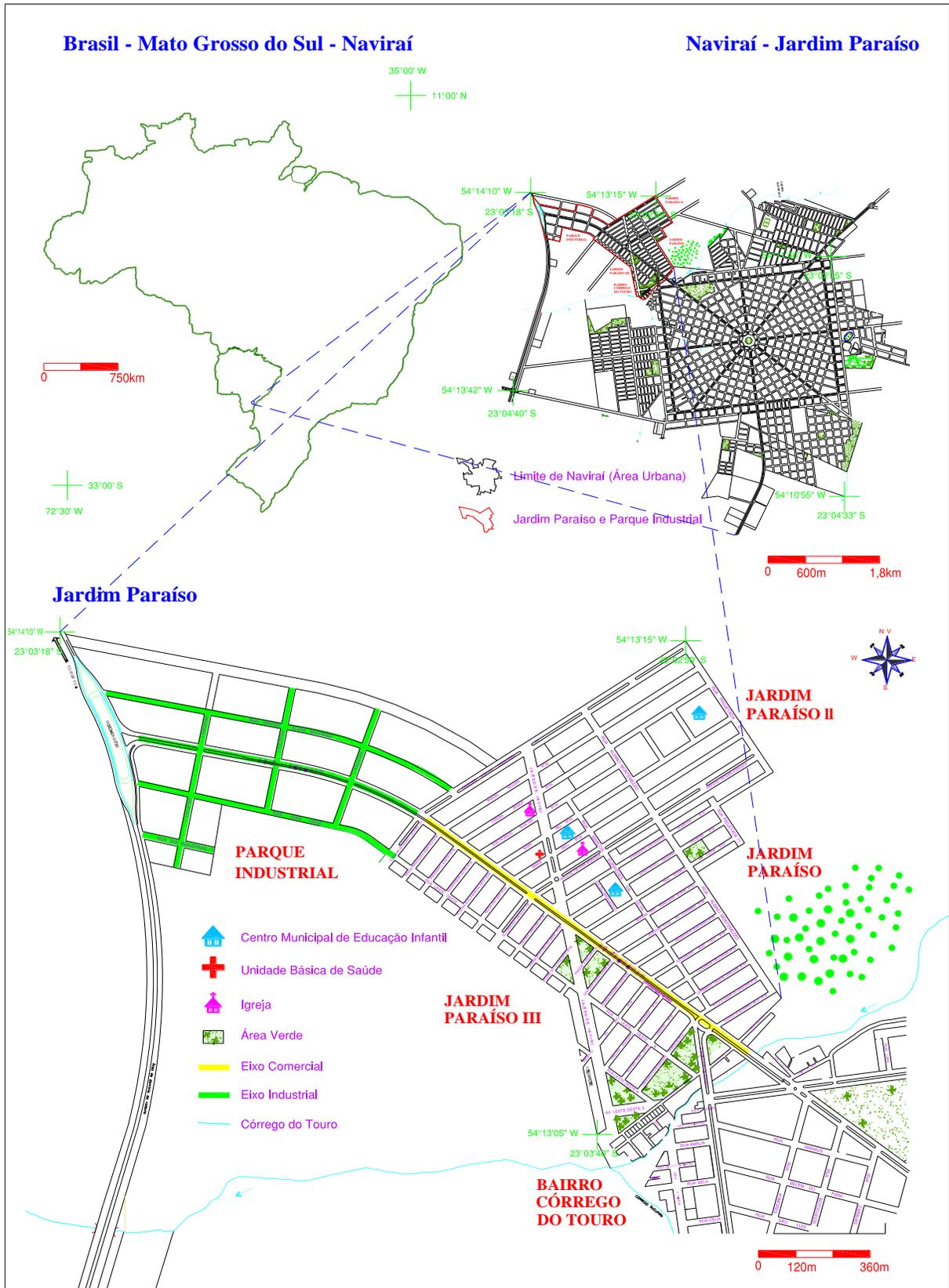


Figura 2 - Localização da área de estudo
Organização: SILVA, Dalva L.

Fonte: CONSTRUA - Projetos

No início, a cidade de Naviraí passou por um planejamento urbano, pelo menos no que diz respeito à elaboração de sua planta original, mas que, posteriormente, com a própria evolução alguns traços não foram respeitados.



Foto 2 – Naviraí 1978

Fonte: Departamento de Imprensa da Prefeitura, 2007

Org. SILVA, Dalva L. da

Naviraí pertenceu administrativamente ao município de Caarapó até 11 de Novembro de 1963. Quanto à sua localização, Naviraí está situada geograficamente na latitude $23^{\circ} 03'54''S$, e longitude $54^{\circ} 11'23''W$, ao sul do Estado de Mato Grosso do Sul. Em relação à área, o município possui $3.172,9 \text{ km}^2$ (NAVIRAÍ, 2007). Segundo a estimativa oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), sua população estava estimada em 42.000 mil habitantes.

Atualmente a cidade de Naviraí apresenta um traçado originado do modelo de desenvolvimento socioeconômico, que repercutem em um espaço que vem se constituindo em um ambiente ocupacional de recursos humanos oriundos de outros centros urbanos com imperfeições em sua estrutura, pois, a rápida urbanização acelerou o processo de estruturação do espaço urbano, transformando as chácaras e sítios dos arredores (zona rural), em loteamentos a serem vendidos e ocupados, com isso, o planejamento do espaço urbano foge aos padrões da planta original, inclusive, com a ocupação das margens dos mananciais. Conforme a planta cadastral (figura 2).



Foto 03 – Naviraí atual

Fonte: Departamento de Imprensa da Prefeitura

Org.: SILVA Dalva L. da - 2007

A cidade possui vários símbolos que são reconhecidos pelos moradores do bairro Jardim Paraíso, os quais foram citados como problemas ambientais. Entre tais símbolos destacam-se: O frigorífico, a usina de álcool, a fecularia, o Córrego do Touro, sendo que esse último localiza-se no bairro onde foi realizada a pesquisa.

Eu acho sei lá, tem um problema na nossa cidade, o povo reclama muito do mau cheiro que isso ai não sabe da onde vem se é do frigorífico, da usina e a fumaça da cana queimada, esse negócio de escorrer água na rua, solta mau cheiro na casa, o povo queima e faz a fumaça na rua **(En41)**.

“Final de tarde, esse odor, esse mau cheiro que a gente recebe aqui no bairro. Segundo informações vem da fecularia, mais não sei, eu sei que é um problema constante aqui no bairro” **(En14)**.

Entretanto a cidade é regionalizada por zoneamento, e o Jardim Paraíso corresponde à zona 4 do município de Naviraí-MS (Figura 03) e faz parte da bacia do Córrego do Touro, cujos fundos de vale são considerados pela população como locais “degradados”, “abandonados”, tornando-se depósito de lixo para muitos moradores.



Foto 04 – retirada de entulho do Córrego do Touro
Foto tirada e organizada pela autora SILVA, Dalva L. da -2007

“Ah tem vários, por exemplo, aqui naquele corgo ali mesmo né, tem muito lixo, as pessoas jogam lixo, jogam sacola e eu acho que isso não é certo” (En14)

“Tenho conhecimento... A poluição daqui do riozinho” (En4).

“O conhecimento? Tenho é..., que ta acontecendo aqui, era que tinha as descargas que descia no rio e a água que vinha da cidade também, que passa tudo no rio” (En8).

“Ah tem esse Corguinho ai muito poluído” (En19).



Foto 05 – trecho do Córrego do Touro, dejetos do curtume.
Foto tirada e organizada pela autora: SILVA, Dalva L. da - 2007

“Ah, o riozinho ali é muito poluído, ele é muito sujo, soltam o esgoto da farinha lá dentro, aí mata gato, cachorro e jogam lá também” (En40).

O bairro investigado foi fundado por volta de 1997, denominado oficialmente como Jardim Paraíso, mas é conhecido também como ‘Morro dos Macacos’. Segundo os pioneiros, esse apelido é justificado pelo fato de ter existido muitos macacos na mata onde hoje é o Jardim Paraíso.

Paulo Roberto Jóia (2000, p.27) define bairro como sendo:

Uma área diferenciada das demais partes da cidade. Ele é identificado por características socioeconômicas, paisagísticas e culturais próprias. Deste modo, cada bairro possui sua história e sua geografia.

Em relação às características do Jardim Paraíso, considerando os aspectos físicos e socioeconômicos, pode-se afirmar que se trata de um bairro novo, com apenas 11 anos de idade. Dentre os bairros de Naviraí, pode-se dizer que foi o que mais cresceu em termos de população nos últimos dez anos. Atribui a esse aumento, tanto de área (Jardim Paraíso II e Paraíso III), como de população ao fato de ter sido instalado o distrito industrial, em suas proximidades, acarretando em investimentos no setor econômico e geração de empregos.



Foto 06 - Visão aérea do Jardim Paraíso

Fonte: Departamento de Imprensa da Prefeitura

Org. SILVA, Dalva L. da - 2007

No que se refere à infra-estrutura, o Jardim Paraíso apresenta carências, principalmente na periferia do bairro, onde reside a população menos favorecida economicamente, sendo que, em alguns pontos pode ser observados esgoto doméstico lançados diretamente a rua, a céu aberto.

Segundo estimativa do IBGE (2006), residem atualmente no bairro Jardim Paraíso, aproximadamente 6.500 habitantes (o número de habitantes foi baseado no número de casas, sendo considerados 5 pessoas para cada residência). Em termos de área, o bairro ocupa 726.120,69m² do município. Cabe ressaltar que não foi possível mostrar a evolução demográfica (em gráficos), por falta de dados concretos.

Em relação à situação geográfica, o referido bairro fica em um dos pontos mais alto da cidade, isso justifica o bairro ser visto como morro, com 380m de altitude aproximadamente, localizado a oeste do centro da cidade, a via principal de acesso é a Avenida Amambaí. Sendo que, essa mesma Avenida serve como via de acesso, tanto para saída, quanto para entrada da cidade através da rodovia BR 163.



**Foto 07 – Avenida Amambaí via de acesso ao Jardim Paraíso
Foto tirada e organizada pela autora: SILVA, Dalva L. da - 2007**



Foto 08 – Ação antrópica as margens do Córrego do Touro
Foto tirada e organizada pela autora: SILVA, Dalva L. da - 2007

A princípio, a construção das casas no bairro era feito em sistema de mutirão, mas que, por questões políticas, a área acabou sendo invadida, ou seja, ocupada de forma irregular, fato este que justifica as invasões de Áreas de Proteção Permanente (APP). Em relação ao limite com a cidade é, justamente, o Córrego do Touro.

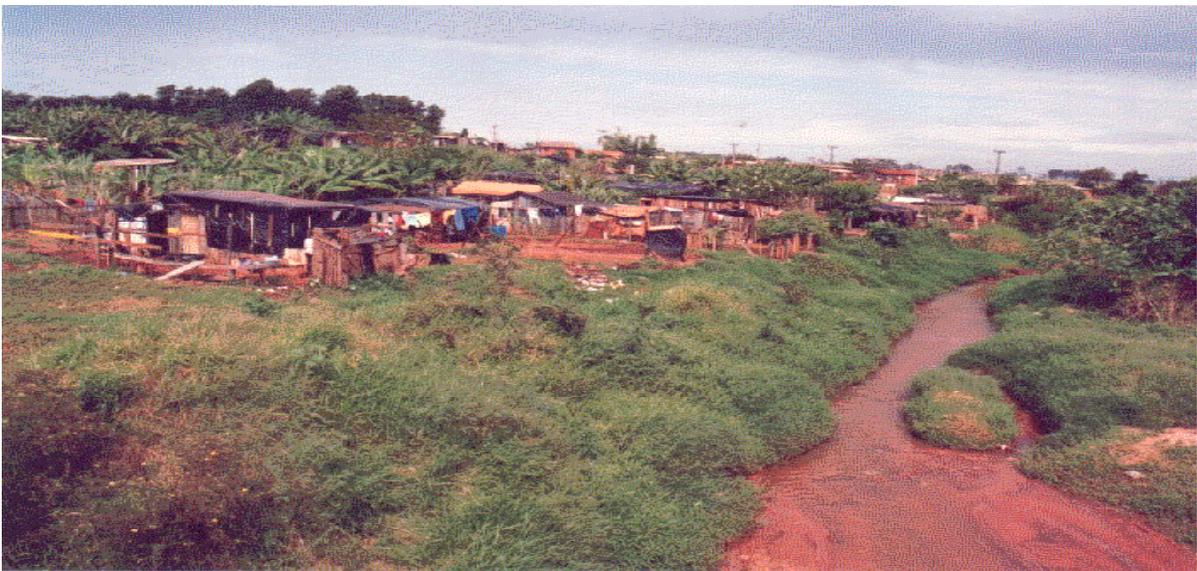


Foto 09 – Ocupação irregular as margens do Córrego do Touro.
Foto tirada e organizada pela autora: SILVA, Dalva L. da – 2007.

Assim como na cidade, no bairro existem símbolos como: áreas verdes, o Córrego do Touro, as instituições de ensino, igrejas, o distrito industrial, etc. Entretanto, somente o Córrego do Touro e a Área Verde (reserva de eucalipto) foram citados nas falas de alguns moradores.

Ao referir-se à área verde, os moradores apontam a retirada do eucalipto e a falta de arborização no bairro como um problema ambiental. O Córrego do Touro apresenta um quadro paisagístico contrastante, onde a ação antrópica é o principal agente modificador do espaço. Nas saídas de campo, constatou-se ao longo de seu percurso presença de dejetos de esgoto, muito lixo em alguns trechos na área urbana e a mata ciliar é quase inexistente.

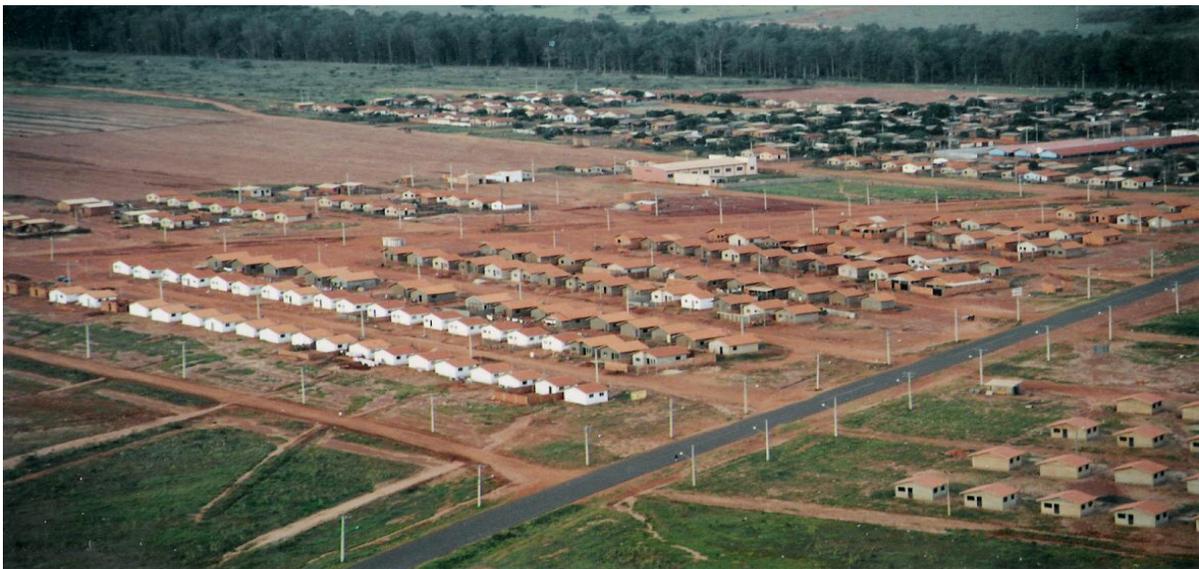


Foto 10 – bairro Jardim Paraíso e ao fundo área de plantação de eucalipto
Fonte: Departamento de Imprensa da Prefeitura Org.: SILVA, Dalva L. da – 2007

Em relação ao distrito industrial (localizado ao lado do bairro), não foi visto pelos moradores como um problema, a justificativa para esse fato, pode ser pela visão econômica (local de trabalho, desenvolvimento do bairro, entre outros).



**Foto 11 – Distrito industrial, saída para BR 163.
Fonte: Departamento de Imprensa da Prefeitura**

Org.: SILVA, Dalva L. da – 2007



**Foto 12 – área destinada à construção de uma praça
Foto tirada e organizada pela autora: SILVA, Dalva L. da – 2007**

É igual eu falei pra você, se eu pudesse permanecer e plantar uma árvore, eu plantava, só que vem a promessa de vim uma muda uma coisa, mais essas mudas que tem aqui na frente oh, foi eu que fui lá no horto, que busquei, que plantei, então o negocio é assim, assim por diante” (En24).

Diante das percepções apresentadas evidenciam a falta de investimentos em áreas de lazer, que deveriam ser levados em consideração pelos órgãos públicos.

Nesses espaços vazios é comum observar lixo depositado pelos próprios moradores, propiciando assim, um ambiente insalubre.



Foto 13 – Jardim Paraíso rua sem arborização e pavimentação
Foto tirada e organizada pela autora: SILVA, Dalva L. da – 2007

“Ah, os ‘pobremas’ ambientais aqui no bairro é a arborização, porque ta muito dês deixada pela prefeitura sobre esses assuntos assim do meio ambiental, né” **(En43)**.

“Aqui no bairro sobre a questão ambiental ta bom, só tem aquele eucalipto ali, quando alguém vem e derruba..., mas ta tudo bem” **(En20)**; “aqui no bairro é bem tranqüilo, o que incomoda é a poeira quando venta muito” **(En49)**.

Nestas falas o morador reclama a falta de investimentos em áreas verdes, porém acreditam que apesar dos problemas acima citados, o bairro Jardim Paraíso, de modo geral, é considerado um lugar que, apesar dos problemas ambientais apontados consideram que o bairro oferece uma boa qualidade de vida.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida, sob o ponto de vista da sua natureza, é classificada como pesquisa aplicada, a qual objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais.

Desse modo, poderá auxiliar técnicos de órgãos responsáveis pelo planejamento urbano do município, não somente a desenvolver os devidos planejamentos como mudar sua própria percepção e compreensão em relação aos anseios e temores da população.

Com relação aos seus objetivos, a pesquisa é exploratória, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, uma vez que não há registros sobre qual é a percepção ambiental da população do bairro Jardim Paraíso do município de Naviraí em relação aos problemas ambientais.

Considera-se também descritiva, à medida que alcança a obtenção e exposição de dados representativos de determinada situação ou fenômeno. A pesquisa, nesse caso, descreve as percepções da população do bairro referentes aos problemas ambientais.

Quanto aos meios de investigação, esta pesquisa é bibliográfica e de campo. Envolve levantamento bibliográfico, pois incorpora uma revisão de literatura sobre o tema subsidiando teoricamente as entrevistas com a população e a análise dos dados, os quais têm experiências práticas com o problema pesquisado, bem como análise de exemplos que estimulem a sua compreensão.

A hipótese embasa-se em dados obtidos a partir de entrevistas à população de um bairro da cidade de Naviraí com base em amostragens pertinentes à metodologia da pesquisa.

Por fim, quanto à natureza das variáveis, esta pesquisa classifica-se como quantitativa, pela coleta de dados junto a um número representativo de moradores, no referido bairro, através de entrevistas semi-estruturadas e gráficos de avaliação.

A análise foi realizada considerando-se idade, renda, sexo e grau de instrução que serviram de elementos de referência para a pesquisa:

a) IDADE: como essa pesquisa envolve o espírito subjetivo dos moradores, a idade considerada para entrevista foi a partir dos 18 anos, segundo critério adotado, já que Piaget (1976) nos diz que é a partir dessa idade que se concretiza a formação e interpretação simbólica. Foram estabelecidas três faixas etárias: de 18 a 24; 25 a 49 e 50 anos ou mais.

b) RENDA: com relação à renda familiar dos entrevistados, foram considerados quatro grupos: no primeiro grupo estão os que recebem menos de um salário mínimo; o segundo grupo com um salário mínimo; o terceiro grupo acima de um salário mínimo e o quarto grupo não possuem nenhuma renda.

c) SEXO: as categorias de gênero foram divididas em masculino e feminino.

Isso se verifica pela diferença de hierarquização da sociedade, conferindo ao homem e à mulher papéis sociais diferentes, refletindo na sua percepção e comportamento.

d) GRAU DE INSTRUÇÃO: para os níveis de instrução foram consideradas quatro divisões:

1. sem grau de instrução (analfabeto)
2. Ensino fundamental;
3. Ensino Médio;
4. Ensino Superior;

Os procedimentos metodológicos aplicados ao presente trabalho objetivam encontrar respostas às questões pertinentes à percepção ambiental da população do bairro Jardim Paraíso quanto aos interesses por assuntos relacionados ao meio ambiente.

Para coleta de dados utilizou-se a entrevista semi-estruturada, onde buscou-se conhecer a percepção ambiental dos moradores do referido bairro através da experiência ambiental vivenciada. A entrevista segue um roteiro que possui 09 perguntas abertas, na elaboração do modelo do instrumento de coleta de dados foram observadas as recomendações de Ludke e André (1986), Thiollent (2000) e Erickson (1996).

As entrevistas foram feitas nos meses de agosto e setembro de 2006. Observando sempre a faixa etária e a quantidade de entrevistados no bairro, a seleção

dos entrevistados se deu por adesão voluntária, respeitando o direito de privacidade e a garantia de que as informações prestadas não teriam outra finalidade.

Quando da aplicação das entrevistas, na oportunidade, realizamos as entrevistas individualmente, seguindo um roteiro com questões abertas.

Com base nos dados obtidos nas entrevistas foram construídos gráficos pertinentes aos aspectos de percepção.

Desse modo, as informações obtidas sobre problemas ambientais, sua forma de obtenção, o conhecimento das leis ambientais, a fiscalização dessas leis, a responsabilidade pelo cumprimento das leis ambientais, os problemas ambientais no bairro, o efeito dos problemas ambientais na sua saúde e a sua prática individual na obtenção de melhor qualidade de vida, serão verificados.

Para uma maior interpretação das entrevistas fez-se necessário à delimitação do universo de pesquisa com 50 moradores (0,76% da população do bairro), distribuídos em cinco grupos de dez moradores em cinco pontos do bairro Jardim Paraíso: Norte, Leste, Oeste, Sul e no Centro, com os quais foi realizada a pesquisa. Portanto, o universo da pesquisa deu-se em um bairro representativo com aproximadamente 6.500 habitantes, o que corresponde a 15,47% da população da cidade Naviraí.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Dados demográficos dos moradores do bairro Jardim Paraíso

As entrevistas foram realizadas com moradores em 05 pontos de observação, perfazendo um total de 50 moradores entrevistados.

Quanto à distribuição dos moradores entrevistados, em relação ao **gênero**, podemos observar que há uma maioria feminina, com 66% e 34% do sexo masculino. O número maior de mulheres entrevistada pode estar atribuído ao fato de que, no momento da entrevista, as mulheres estarem em casa e os homens trabalhando. O Gráfico1 ilustra melhor essa situação:

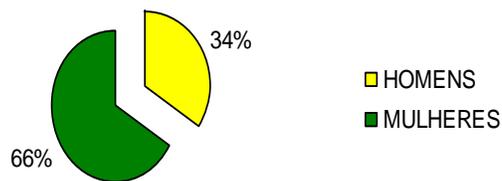


Gráfico 1: Gênero dos entrevistados
Fonte: Pesquisa da autora (2006).

Em relação às **faixas etárias** da população entrevistada foram divididas em três (18-24; 25-49 e 50-80) para melhor compreendermos os fenômenos estudados, os quais denotam os vários períodos dos estágios perceptivos e assim pudemos conciliar a análise com os nossos objetivos propostos. Fica evidente que 48% dos entrevistados, tem entre 25 e 49 anos, o que vale dizer qual a maioria dos entrevistados está na faixa considerada economicamente ativa e esta em pleno gozo de sua vida profissional. Gráfico 2 ilustra melhor essa situação:

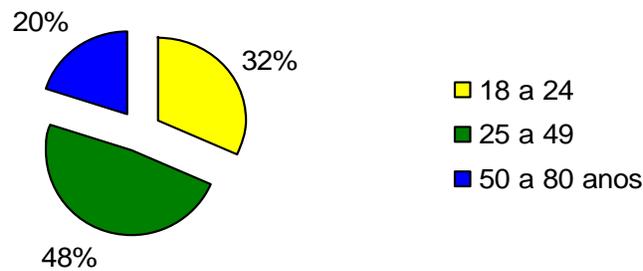


Gráfico 2: Percentual de idade dos entrevistados
Fonte: Pesquisa da autora (2006).

Referindo-se ao **grau de instrução** dos entrevistados, verificamos que a 64% dos moradores possui ensino fundamental e médio (cursando, completo e incompleto), os quais somam 88%, o que vale dizer que, a maioria não teve acesso ao ensino superior, uma vez que 48% dos moradores tem entre 25 e 49 anos, 32% tem entre 18 a 24 e 20% dos moradores tem entre 50 e 80 anos

Porém, levando em consideração o grau de instrução podemos considerar que o grau instrução não interfere no levantamento dos dados da percepção do entrevistado, visto que um entrevistado analfabeto soube responder de forma clara e objetiva as questões, além de citar alguns exemplos. O Gráfico 3 ilustra melhor essa situação:

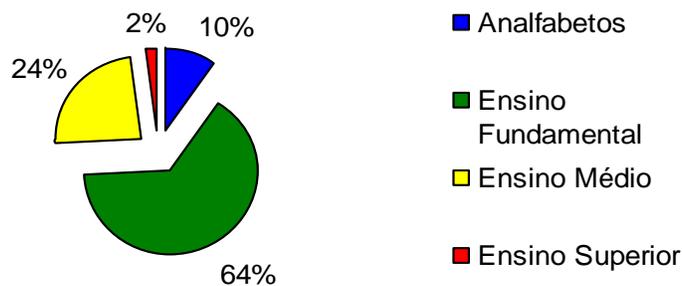


Gráfico 3: Grau de instrução dos entrevistados
Fonte: Pesquisa da autora (2006).

Em relação ao nível de **renda** dos entrevistados, pudemos constatar que aproximadamente metade dos entrevistados 52%, sobrevive com mais de um salário

mínimo, 34% um salário mínimo, 6% com menos de um salário mínimo e 8% não tem nenhuma renda. Cabe ressaltar que a percepção não está relacionada ao nível de renda.

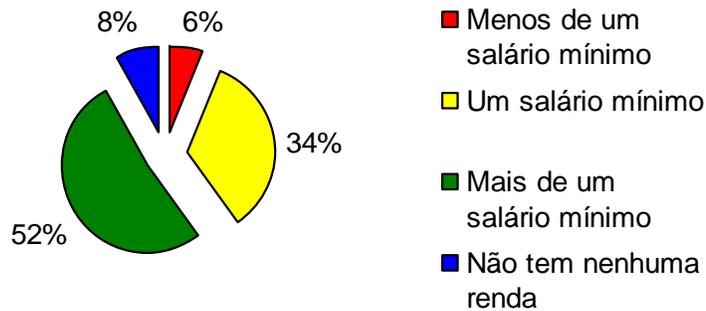


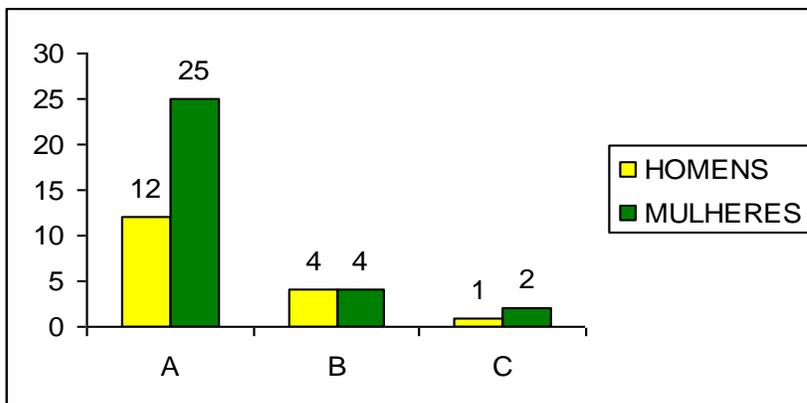
Gráfico 4 - Renda

Fonte: Pesquisa da autora 2006

3.2 Percepção dos moradores do bairro Jardim Paraíso em relação aos problemas ambientais

Gráfico 5 - Você tem interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente?

- Sim
- Não
- Não soube responder



De acordo com o gráfico 1, observa-se que 76% dos entrevistados mostraram interesse por assunto relacionados ao meio ambiente, 16% não se interessam pelo tema e 8% não souberam responder. Podemos observar através do gráfico que as mulheres expressam mais interesse pelas questões relacionadas ao meio ambiente. Cabe ressaltar que as mulheres são a maioria dentre os respondentes.

Neste caso, o sujeito em sua fala, faz um paralelo do clima ontem e hoje, aponta o descaso do homem com o meio ambiente e, ainda, a ganância pelo dinheiro como causa principal dos problemas ambientais.

Sim, porque com o desmatamento (+) perde o oxigênio (+) e a chuva falta, então o homem está acabando com tudo por causa do dinheiro (+) e eu sou contra isso aí, eu sou contra, porque eu tenho 70 anos e eu conheci a primavera, o verão, o inverno, o outono no temperamento certo, e agora não tem mais e agora misturou tudo, agora não tem mais, porque, o desmatamento (+) é a falta de consideração da cidade humana e a pessoa que só que ganhar dinheiro com isso, e eu sou contra isso (**En20**).

Nesta outra fala o sujeito aponta o desmatamento como um problema ambiental grave, expressa preocupação em conscientizar as pessoas a não desmatar.

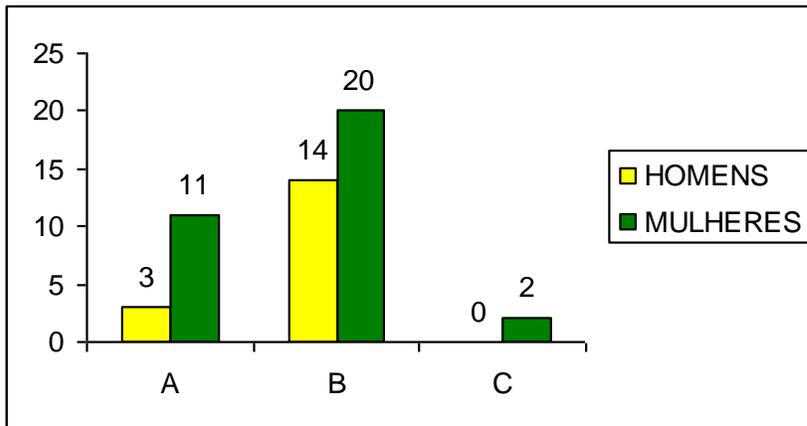
Interesso-me sim, Deus me livre, eu sou contra isso, esse negócio de desmatar, isso aí eu sou contra, toda vida eu fui contra. Isso é coisa errada, isso não deveria acontecer, tinha que acabar com isso aí sei lá, eu acho que a gente deveria preservar pra sempre permanecer sem desmatar, meu modo de pensar é assim, mais não é todos que pensam assim, só pensa em acabar com tudo, mais não é assim (**En24**).

É importante enfatizar que os entrevistados que mais expressaram interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente são pessoas acima de 50 anos de idade, um com 8ª série e outro analfabeto.

Fica evidente que a percepção, nesse caso, não está relacionada o grau de instrução.

Gráfico 6 – Você tem alguma informação sobre problemas ambientais?

- a) Não
- b) Sim
- c) Não soube responder



De acordo com o gráfico 06, 88% dos entrevistados responderam que tem informação sobre problemas ambientais, 8% não tem nenhuma informação sobre tipo de assunto e 4% não souberam responder. Diante dessa informação, fica evidente que a maioria dos entrevistados sabe que existem problemas ambientais no bairro e, que esses problemas são provocados pela ação humana, como consta nas falas abaixo.

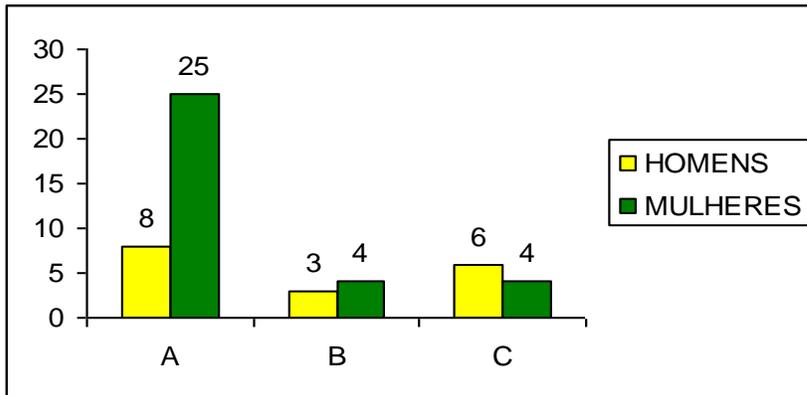
En39: ah não sei, acho que é poluição, esses dias mesmo eu lavei minha roupa e coloquei no varal, ai veio um monte daqueles pozinhos de cana e grudou na minha roupa tudo que eu tinha lavado.

En17: ah é as queimadas que, eles “taca” fogo né, igual ali oh, o pasto ta bem seco por causo que não chovia ai eles mete fogo ai (+) é trás “problemas” pra gente né, por causa da fumaça, ai ajunta com a “poeira” aqui né.

De acordo com as falas (17 e 39), os dois sujeitos apontam a usina de açúcar e álcool como à principal causa dos problemas ambientais no bairro, e que a interferência no cotidiano ocorre de forma direta e indiretamente. Nos exemplos citados, enquanto um diz que é o “pozinho” da cana queimada que incomoda bastante, o outro aponta a fumaça pelas queimadas da cana que causa, ou seja, em ambos os casos, a usina é tida como um agente poluidor do meio ambiente no bairro Jardim Paraíso.

Gráfico 7 – Como você obtém essas informações?

- a) Meios de comunicação
- b) Agentes de saúde
- c) Na escola



Em relação à fonte de informação apontada no gráfico 07, 66% dos entrevistados recebem informação sobre os problemas ambientais através dos meios de comunicação (rádio, televisão, jornais etc...), 20% apontam os agentes de saúde enquanto que 14% se informam na escola, como mostra as seguintes falas:

“Pela televisão né, até mesmo o ar que a gente ta respirando né, que já não é mais a mesma coisa” (En2),

“É que (+) tipo assim, passa direto nos jornais né, televisão direto” (En7).

“Na escola, pela população, jornais, rádios” (En16).

“Através das informações dos agentes de saúde que fala pra gente” (En8)

Dentre as falas acima, o sujeito En8, deixa claro a importância do trabalho dos agentes de saúde como fonte de informação, pois in loco, os agentes tem mais possibilidades de apontar, caso a caso, como melhorar especificamente a realidade do morador, conscientizando-o assim.

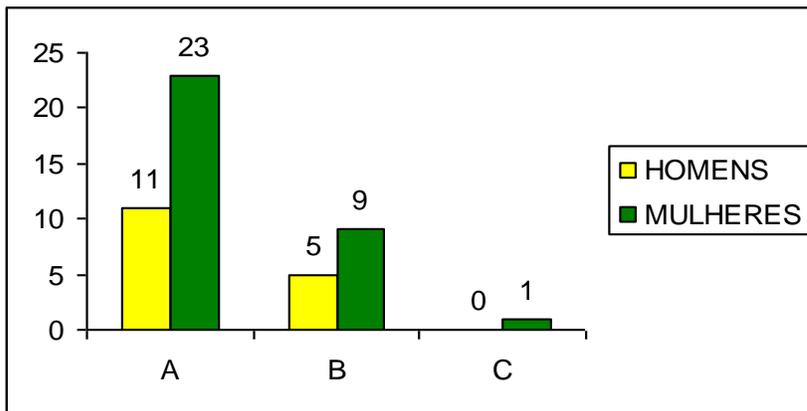
“É que eu trabalho muito pelas fazendas, entendeu, e eu vejo o que os empresários andam fazendo nas fazendas” (En15)

“Ah a gente não sabe, a gente vê né, todo lugar que a gente anda vê poluição aí” (En29)

Nas falas (15 e 29) a fonte de informação é evidenciada pelo sujeito nas observações cotidianas através do contato direto com o problema, em alguns casos, em função de seu trabalho. Nessa perspectiva, retomando a afirmativa de Piaget (1976) “a percepção é concebida como o conhecimento adquirido e ocorre através do contato direto”.

Gráfico 8 – Você sabe que existe legislação ambiental?

- a) Sim
- b) Não
- c) Não soube responder



Em relação à legislação ambiental apontada no gráfico 08, 69% dos entrevistados sabem que existem leis de proteção ambiental, porém, desconhecem seu conteúdo e sua abrangência. 29% disseram desconhecer a existência de leis ambientais e 2% não souberam responder.

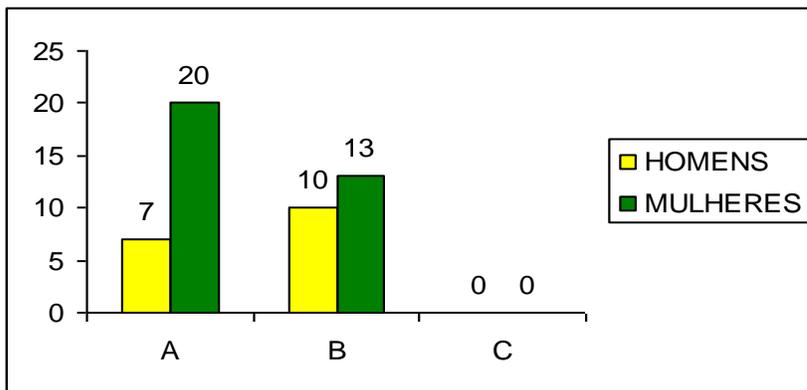
Percebe-se com esse resultado, que os órgãos reguladores e executivos são ineficazes em divulgar as leis, bem como a fiscalização. Seu desconhecimento implica na impossibilidade de acionar os órgãos de fiscalização quando da ocorrência de agressões ambientais, como consta nas falas abaixo:

- “Sei, não sei quais são as leis, mais sei que existe” (En2).
- “Ouço falar mais não tenho conhecimento não” (En14).
- “Existi, eu sei que existi, mais saber eu não sei não”0 (En15).
- “Sei que existe, mas nunca vi não” (En3)
- “Sim, conheço” (En7).

- “Conheço, tenho conhecimento sim...” (En16).
 “Já ouvi falar, mas não conheço” (En22).
 “Eu não tenho conhecimento, mais acredito que sim” (En12).

Gráfico 9 – Você sabe quem fiscaliza as leis ambientais?

- a) Sim
 b) Não sabe
 c) Não soube responder



Quanto à fiscalização ambiental, 54% dos entrevistados afirmam saber quem é responsável pela fiscalização do que está preconizado pelas leis ambientais, 46% não tem conhecimento sobre o assunto.

“Não, mas eu acho que é o (+) eu acho que é os policias florestais, essas coisas assim” (En2).

“Pra mim é a Prefeitura, agora não sei” (En5).

“Tem que ser todo o município” (En13).

“O prefeito” (En45).

“O IBAMA” (En6).

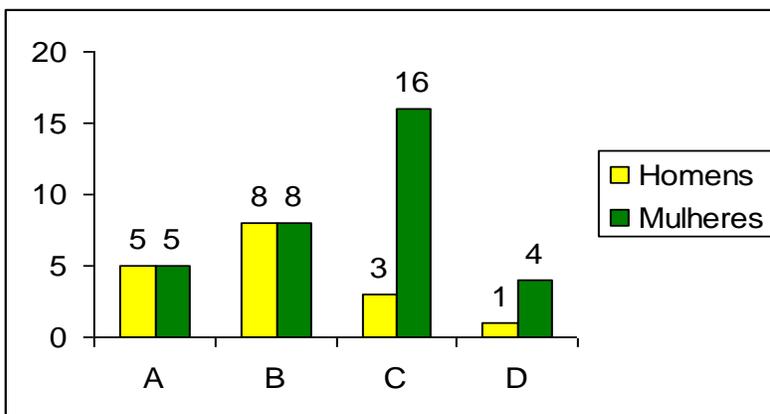
“Sempre passa aí nas casas o pessoal que trabalha com isso, o pessoal da saúde, mais ultimamente nem tão passando. Ele cobra multa, eles cobram uma coisa aqui, outra lá, só que eles não ajudam a cuidar, a gente é obrigado a pagar pelo os outros, porque eles não vão punir os que tão errado” (En41).

De acordo com as falas citadas acima os sujeitos atribuíram aos órgãos públicos a responsabilidade de fiscalizar as leis ambientais, porém não soube especificar quem realmente fiscaliza o cumprimento das leis. Fica evidente que o morador não sabe a

quem recorrer quando percebe os problemas, pois não sabe quem é o responsável pelo cumprimento das leis.

Gráfico 10 – Você sabe de quem é a responsabilidade do cumprimento dessas leis?

- a) Nossa
- b) Do governo
- c) Não sabe
- d) Do IBAMA



Em relação à responsabilidade pelo cumprimento das leis, 34% dos entrevistados acham que a responsabilidade é da população, 24% ficou entre o governo e o IBAMA e 22% não souberam responder. De acordo com gráfico os sujeitos além de assumirem a responsabilidade pelo cumprimento das leis ambientais, deixam claro em suas falas que, a responsabilidade pode ser da prefeitura e do governo federal.

“Nossa!” (En4).

“Tem que ser todo o município” (En13).

“É da prefeitura” (En28).

“De todo mundo” (En30).

“Eu acho que do (+) que é o governo” (En17).

“Ah eu acho que deve ser do governo federal” (En43)

“São (+) várias pessoas, mais o principal é o governo” (En44).

Diante disso, fica evidente que a maioria dos sujeitos entrevistados são pessoas conscientes de seu papel como cidadão participativo, além disso são pessoas

conhecedoras dos problemas ambientais e a repercussão que esses problemas podem trazer pra sua vida.

Referindo-se aos principais problemas ambientais do bairro Jardim Paraíso, a maioria dos moradores entrevistados (46%), apontou como sendo o principal problema ambiental do bairro o lixo deixado nas ruas pelo próprio morador. Desse modo, é notório que a percepção dos moradores em relação a esses problemas são consequência de suas ações.

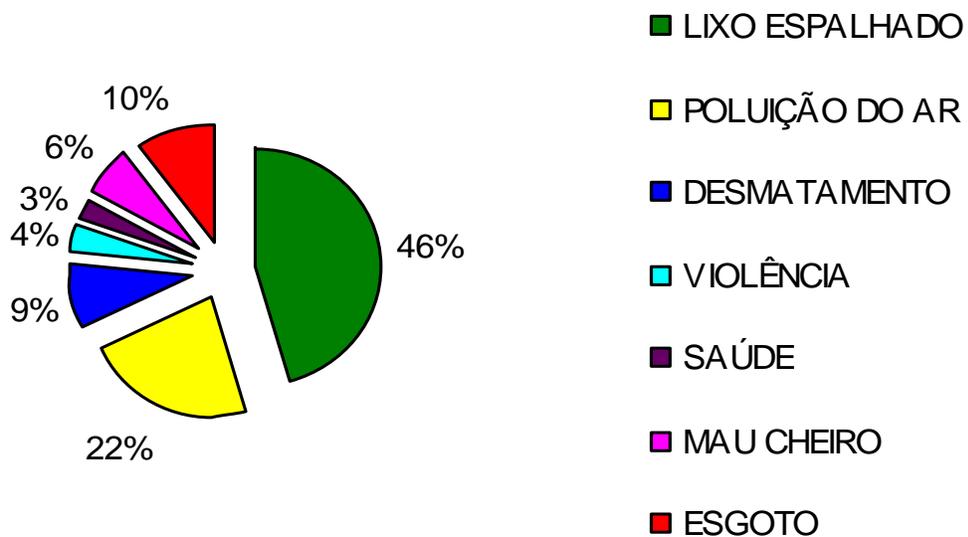


Gráfico 11: Principais problemas ambientais do bairro

Fonte: Pesquisa da autora 2006

De acordo com algumas falas a maioria dos entrevistados indica o problema como forma de denúncia e pedido de auxílio.

“Tenho, porque, aqui tem a feccularia né, que quando eles soltam aquele ”trem” no meio desse rio aqui, o cheiro vem para nós todos aqui; quando começa queimar cana na usina também vira uma lavassa de..., então é geral, a gente vive no meio né” (En2).

“Não sei não, acho que a farinheira que incomoda muito” (En46).

“Esgoto né” (En22).



Foto 14 – esgoto e lixo na rua

Foto tirada e organizada pela autora: **SILVA, Dalva L. da - 2007**

“Ah os ”probrema” que tem aqui né, é que não tem muito saúde nos postos e a gente demora ser atendida, e o povo joga muito lixo aqui na frente da casa da gente né” (En11).

“Têm muitos: o mau sistema de higiene, muito lixo eles jogam na beira das ruas” (En15).

Ah, água desencanada, água nos esgoto ai na rua. (En16).

“Não, é só esse aqui que é muito lixo, que eles jogam muito lixo aqui no pasto, muita queimada” (En17).

“Muitos. Ah! É só olhar assim ao redor que vê o povo... Pra falar bem à verdade e deixa acumular muito lixo” (En21).

“Muito lixo” (En31).



Foto 15 – lixo espalhado na rua

Foto tirada e organizada pela autora: **SILVA, Dalva L. da - 2007**

“Ah! Aqui o povo joga muito lixo nos terrenos baldios, eles jogam animal morto nas ruas no canteiro, em tudo” (En37).

“Assim, no meu ponto de vista são poucos, mas, assim, a questão de lixo jogado” (En25).

“A questão de lixo jogado” (En50).



Foto 16 – esgoto e lixo na rua

Foto tirada e organizada pela autora: SILVA, Dalva L. da - 2007

Aqui os sujeitos sugerem a necessidade de um sistema de esgoto para melhorar a situação do bairro, assumem a responsabilidades pela presença do lixo espalhado nas vias públicas e terrenos baldios. Porém, esta responsabilidade é compartilhada com o poder público quando mencionam à falta de rede coletora de esgoto e a pouca arborização do bairro.

“A minha parte eu faço, ajunto um montinho de folha, eu varro tudo aqui na frente, só que eu coloco aqui porque de vez em quando eles passam pegando o lixo da rua, mais esse mês mesmo eles só passaram uma vez, isso só acontece na política, que eles passa e deixa tudo bonitinho. O lixeiro passa aqui duas vezes, só que esse lixo como os da folha eu não cato pro lixeiro leva, eles não gosta que a gente põe terra, eles não gosta, aí eles pega e não leva o lixo” (En41).



Foto 17 – lixo na rua

Foto tirada e organizada pela autora: SILVA, Dalva L. da - 2007



Foto 18 – esgoto doméstico

Foto tirada e organizada pela autora: SILVA, Dalva L. da - 2007

“Sim! Sei lá mais as autoridades deveriam cuidar também para não acontecer isso daí, ali passa uma criança ou até mesmo um adulto e põe fogo ali, tinha que ter mais policiamento tem que cuidar, o povo da ambiental tem que tomar conta, pois tem um monte de gente pra destruir, porque isso aí é destruição. Aqui a gente cuida pra ninguém destruir o que ta feito, porque a gente faz pro outro estragar também” (En24).

“O problema geral é a falta de esgoto” (En44)

“É o lixo e a falta de esgoto” (En47).

Assim, a falta de investimentos em rede de esgoto, em um sistema de coleta de lixo faz dos fundos de vales urbanos, muitas vezes, depósitos de lixo da população. Mesmo acreditando que a responsabilidade pelo cuidado do espaço é do poder público, em algumas falas os moradores trazem para si parte da responsabilidade pela situação dos problemas ambientais do bairro, principalmente na questão do lixo, que foi o problema ambiental mais recorrente na fala dos sujeitos.

Em relação à interferência no bem estar, 32% dos entrevistados respondeu que os problemas ambientais causam doenças respiratórias, 28% disseram que interfere na saúde, 10 % mudança no clima, causa mau cheiro e aumenta o calor, 10% responderam dengue e 6% responderam pode faltar água.

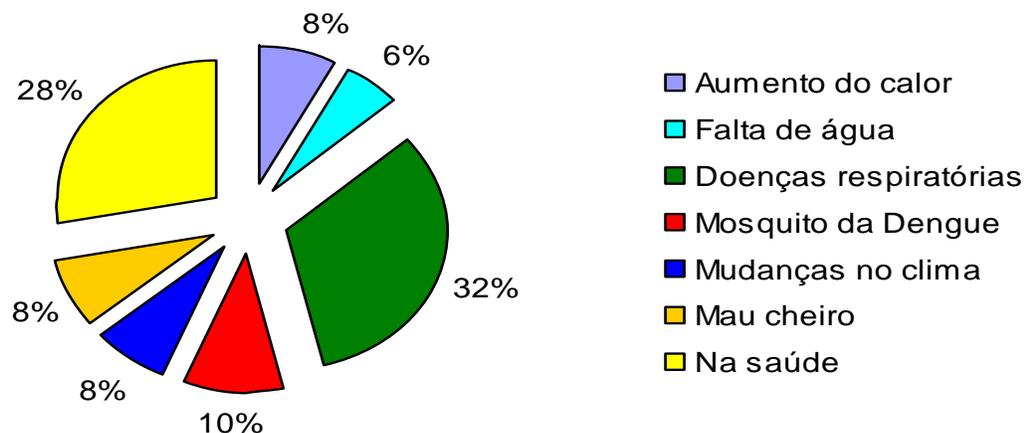


Gráfico 12: Interferência dos problemas ambientais no bem estar.

Fonte: Pesquisa da autora 2006

Como podemos observar no gráfico, a percepção dos moradores em relação à interferência dos problemas ambientais no seu bem estar, 70% dos entrevistados responderam na saúde, 16% responderam no clima, 8% percebe no mau cheiro e 6% relacionaram a interferência na falta de água.

Em relação a isso, foi possível compreender, nas falas dos sujeitos (8, 12, 17 e 18), que há uma preocupação muito grande dos moradores em relação aos problemas respiratórios, de modo que essas doenças respiratórias citadas por eles estão relacionadas aos problemas ambientais, tais como, a fumaça, mau cheiro e a poeira.

“Ah, pode haver problemas respiratórios, doenças...” (En8)

“Ah prejudica em muito sentido né, vamos supor pelo mau cheiro, pelas moscas que na mesma hora que está lá, ta em cima da mesa” (En12)

“É, é porque minha menina sofre ai de problema na garganta, então quando sai esse fumaceiro, essa poeira aqui tem que ficar com as portas fechadas pra ela não ficar tomando essa poeira ai à toa” (En17)

“Ah é eu já tenho problema de saúde né, que nem poeira, fumaça, tudo me faz mal” (En18).

De acordo com as falas de alguns moradores do bairro os problemas respiratórios estão relacionados com a falta de cuidados com o meio ambiente. Porém cabe ressaltar que os problemas de saúde não são problemas ambientais, mas uma consequência dele.

Em relação às atitudes de cada um perante o bairro, observamos que os moradores perceberam que suas ações podem trazer consequências positivas ou negativas para a qualidade de vida no ambiente.

Desta forma, propondo mudanças de atitude na sociedade quanto aos seus deveres de cidadania, traz também o advento de novos sentidos de coletividade, que busque a qualidade de vida para si e para sua comunidade, como consta nas falas:

“A minha parte eu faço, ajunto um montinho de folha, eu varro tudo aqui na frente, só que eu coloco aqui porque de vez em quando eles passam pegando o lixo da rua, mais esse mês mesmo eles só passaram uma vez, isso só acontece na política, que eles passam e deixa tudo bonitinho” (En41).

“Cada um cooperando, não jogando lixo nas ruas ou nos terrenos baldios” (En43).

Plantando árvores” (En8).

Não gastando muita água” (En7).

“Uai, não ta queimando o lixo, que nem as vezes que a gente limpa o quintal e tem que ajuntar o lixo e coloca lá fora e não queimá-lo. Já tem nego que junta o lixo do quintal e joga lá fora pra queima e não pode mesmo, tem 30% que obedece só que 70% não obedecem, aí fica difícil né”. (En32).

“Eu queimo lixo, não deixo amontoar entulho, eu sempre queimo os lixinhos que junta ai, eu queimo tudo” (En45).

Essas respostas também explicitaram o desejo de preservar o meio ambiente e a importância disso para a comunidade do bairro. Alguns moradores enfatizaram as falhas do poder público e as reivindicações necessárias que implicam em melhor

qualidade de vida. Em outras falas assumem uma postura de indiferença (ou desconhecimento) perante o problema.

Outra questão que ficou clara nesta pesquisa é a existência de diferenças de percepção entre os moradores do bairro, pois enquanto uns afirmam que não se deve queimar o lixo, outros acreditam que queimando o lixo podem ajudar a melhorar a qualidade de vida no bairro, como podemos constatar nas falas 32 e 45.

“Ah, nós procura ter o quintal muito limpo, o que pode é à frente aqui também eu cuido daqui também porque aqui antigamente era muito mais feio, o que eu posso fazer aqui né como queimar o lixo para pode não amuntuar eu faço” **(En12)**.

“Ah eu não jogo sacola, nem lixo lá no corgo né, eu não deixo jogado eu queimo, ou ponho no latão de lixo e o lixeiro leva, então eu acho que com isso eu to ajudando, fazendo a minha parte” **(En23)**.

“Não gastar muita água, não poluir o quintal e não desmatar as árvores” **(En6)**.

“Bom eu ajudo de uma forma né, gastando pouca água” **(En7)**.

“Tipo assim é, coloca o lixo no lugar certo, no lugar certo” **(En14)**

“Não, só na minha casa mesmo que eu ajunto lixo, no deixo jogado no meio do pasto eu boto pro lixeiro levar” **(En17)**.

“Ah, eu não jogo lixo na rua, acho que isso é o mais... o mais importante!” **(En21)**.

Portanto, pode-se constatar que em ambas as respostas o sujeito estava preocupado em dar sua contribuição para melhorar a qualidade de vida no bairro e, deixa claro suas preocupações no que se refere a programas de conscientização e valorização do espaço.

Em relação aos resultados obtidos na pesquisa foi possível identificar a percepção, as atitudes e os valores dos moradores em relação ao bairro.

Verificamos ainda que, os moradores enfatizaram o importante papel da comunidade no que se refere à valorização e a preservação do meio ambiente em que vivem, pois ao mencionar a qualidade de vida, a maioria relaciona os problemas de saúde como conseqüências da falta de cuidados com o meio ambiente, como consta nas falas (23, 26, 28 e 39):

“Ah eu acho que não só na minha, mais, na de todo mundo né. É o lixo vai causando aquele muntueiros, mosquito, tudo. Essas coisas vão se juntando tudo, e você não pode nem tomar um banho no Corguinho, porque ta imundo, até descarga de vaso você vê lá” **(En23)**

“Ah, faz um mal pra gente, faz mal pra saúde” (En26).

“Pode, na respiração dos meus filhos, são os principais né, porque através da respiração eles são atingidos por esses problemas” (En28)

“Na saúde né, criando dengue aí” (En39).

Diante das percepções apresentadas evidenciam a necessidade de investimento em programas sociais relacionados proteção e a responsabilidade do coletivo perante o espaço vivido, no sentido de melhorar a condição de vida no bairro, fica evidente a necessidade de uma política que contemple uma convivência harmoniosa entre transformações ambientais, a preservação de espaços naturais e o ser humano, bem como cuidados na elaboração trabalhos de conscientização e valorização do meio ambiente, principalmente, com a participação da sociedade no sentido de fiscalizar e aprimorar as políticas públicas.

3.4 Percepção do responsável pelo órgão de fiscalização ambiental de Naviraí

Em relação à percepção do responsável pelo órgão de fiscalização ambiental de Naviraí, de acordo com fala do Gerente de Meio Ambiente (En51), os problemas ambientais de Naviraí estão relacionados ao processo de ocupação para a produção agrícola, sendo que este foi baseado em fase extrativista: “A atuação da Cia. Mate Laranjeira³, nessa região, para facilitar a colheita da folha da erva mate, ao invés de subir eles cortavam o pé, e como a erva mate não regenera mais, então isso foi embora, além dos outros ciclos: o da madeira, algodão, café, cana-de-açúcar e pecuária, além do processo de urbanização” (En51).

Contextualizando, Barreto (1985) afirma que:

A partir da chegada dos primeiros moradores, iniciou-se o traçado da cidade de Naviraí, a gleba Vera Cruz foi sendo dividida, obedecendo a um plano urbanístico previamente estabelecido. A mata foi sendo derrubada, porém, sem levar e consideração o meio ambiente. Tendo

³ A ação empreendida pela Companhia Mate Laranjeira, que detinha o monopólio sobre a extração da erva-mate, influenciou uma região de aproximadamente 60.000 km² ocupando toda a parte sul do Estado. Esta situação promoveu uma degradação intensiva nas formações vegetacionais, principalmente nas florestas estacionais Semidecídua da região. (GRESSELER & SWENSON, 1988).

como o primeiro ciclo econômico à erva-mate, matéria prima abundante na região. Em seguida teve a influência do café, atraindo um grande contingente populacional em busca de oportunidade de trabalho, investimentos e terra boa para o plantio. A decadência do café trouxe o ciclo da madeira, com a instalação das primeiras serrarias, em seguida o ciclo do algodão... (BARRETO 1985. p.30).

Cabe ressaltar que, segundo alguns pioneiros, na época do ciclo da madeira, Naviraí começa ser chamada por muitos de “capital da fumaça” devido à grande quantidade de serrarias funcionando ao mesmo tempo. Vale lembrar que atualmente, com a queima da cana-de-açúcar, a população também sofre com a questão da fumaça, como podemos ver na fala de alguns moradores:

“Quando começa queimar a cana na usina também vira uma lavasse de fumaça... A gente vive no meio né”. (En2),
 “Ah! É a queimada quando eles tacam fogo na cana, traz problemas pra gente por causa da fumaça, aí junta com a poeira aqui né” (En17).

Outro problema considerado também foi a população ociosa que com o fim do ciclo madeireiro e a saída das serrarias, sem recurso para pagar aluguel, acabam ocupando as áreas de APPs, desencadeando vários problemas ambientais, tais como: assoreamento do rio, retirada da mata ciliar, ocupação irregular das margens do Córrego.

Referindo-se especificamente aos problemas ambientais do bairro Jardim Paraíso, estes estão relacionados ao processo de ocupação nas Áreas de Proteção Permanentes (APP).

Ainda segundo a fala do Gerente de Meio Ambiente de Naviraí,

Existe um projeto de recuperação de áreas degradadas, onde, na medida em que as pessoas vão saindo de lá, a gente já isole a área e comece um processo de recomposição florestal ou de amenização de impacto, que hoje é violenta na área. Jardim Paraíso, principalmente (En51).

Diante disso, a Secretaria de Meio Ambiente de Naviraí, aprova a lei 049/2004, que cria a Política Municipal de Meio Ambiente e todas as instâncias das questões

ambientais. Estas seguem as diretrizes do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), atuando de cooperação, através de um termo de acordo entre a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Gerência Municipal de Meio Ambiente (GEMA) em forma de parceria, pelo decreto 10.602/2001.

Em relação a isso, o Gerente de Meio Ambiente afirma que:

Com o slogan “Qualidade de vida, participação, planejamento e desenvolvimento” fica evidente a necessidade de se começar a ordenar a distribuição de indústrias, para tentar amenizar os problemas ambientais, tais como: impacto de vizinhança, ocupação de área de APP e urbanização, que é um problema ambiental bastante expressivo em Naviraí, pois, o uso e as formas de ocupação, acabam por promover intervenções sobre o território que afetam diretamente às condições ambientais como é o caso do Jardim Paraíso (**En: 51**).

Desta forma, de acordo com a fala do gerente de meio ambiente, observa-se que, em decorrência dos ciclos econômicos para produção agrícola, a ocupação de área de APP e o processo de urbanização, a questão ambiental tornou-se um problema, que atinge, não só os moradores do bairro Jardim Paraíso, mas toda a população residente em Naviraí.

Apona ainda a industrialização como um problema, pois segundo ele, existem empresas poluidoras que, hoje se torna difícil readequar conforme exige a lei, mas que trabalhos de prevenção de impacto de vizinhança, estão sendo feito junto a essas empresas.

O problema aqui é grande por que o passivo ambiental de Naviraí, o histórico de Naviraí, de ocupação do município de Naviraí ele é baseado em algumas fases extrativista, por exemplo, a Mate Laranjeira que atuou muito nessa região então o que acontecia por contas de facilitar a colheita da folha da erva mate ao invés de subir no pé eles cortavam, além disso, nós temos uns problemas na área de indústria (+) né, que produz efluentes, que produz material de poluição (**En51**).

Uma alternativa para tentar amenizar esse passivo ambiental em Naviraí está no ordenamento e distribuição de indústrias de acordo com o Plano Diretor (em andamento), desse modo, compatibilizar a ocupação urbana e a promoção do desenvolvimento sustentável, construindo um modelo de desenvolvimento baseado na

garantia de um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as gerações futuras.

Diante das evidências encontradas pelos moradores do bairro Jardim Paraíso através das entrevistas, verificou-se que a percepção do morador em relação aos problemas ambientais diferencia-se da percepção do responsável pelo órgão de fiscalização ambiental, no que diz respeito ao modo de avaliar o ambiente segundo critérios e meios de utilização.

Para o responsável pelo órgão de fiscalização, os problemas ambientais do bairro Jardim Paraíso estão relacionados ao processo de ocupação das Áreas de Proteção Permanente (APP).

Já para os moradores, por estar imersos em outra realidade perceptiva, tem outras impressões sobre a realidade do bairro. Os elementos perceptivos mais importantes referenciados pelos moradores foram: deficiência no sistema da coleta de lixo, rede de esgoto, desmatamento, poluição (do ar e água).

Existe uma conexão de percepções em relação aos problemas ambientais no que se refere ao a qualidade de vida⁴, a qual os moradores apontam as conseqüências que os problemas ambientais podem trazer para sua saúde. No caso do Gerente de Meio Ambiente as intervenções relacionadas ao uso e as formas de ocupação no território⁵ afetam diretamente às condições ambientais no bairro Jardim Paraíso.

Portanto, podemos constatar que em ambas as respostas, os sujeitos estavam preocupados com a proteção e manutenção do meio ambiente.

Estas percepções apresentadas deixa claro a necessidade de investimento em programa sociais relacionados a proteção e a responsabilidade do coletivo perante o espaço vivido, no sentido de melhorar a condição de vida no bairro.

⁴ A qualidade de vida humana está diretamente relacionada com a interferência da obra do homem no meio natural urbano. A natureza humanizada, através das modificações no ambiente maior expressão nos espaços ocupados pelas cidades, criando um ambiente artificial, Lombardo 1985.

⁵ Em muitas formas de uso em Geografia Social, o território refere-se a um espaço social definido ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais como conseqüência de sua prática de territorialidade ou campo de força exercido sobre o espaço pelas instituições dominantes. (dicionário Johnston, 1994, p. 620).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo histórico, nos diversos tipos de sociedade, a questão ambiental sempre esteve presente nos discursos da ciência geográfica. Nesse sentido, por meio das relações do homem com o seu meio, a questão central é saber que o homem influi no meio em que vive, mas também é influenciado por ele.

Ao analisar as falas dos entrevistados, percebe-se que as formas como eles vêem o espaço vão além do que os olhos conseguem identificar, pois no decorrer da pesquisa, a maior parte deles tinha conhecimentos referentes ao tema abordado, embora alguns equivocados ou distorcidos. Suas concepções estavam baseadas no senso comum e possuíam conhecimento sobre os problemas ambientais.

Tendo como base nos dados obtidos, foi possível afirmar que cada indivíduo percebe, reage e responde diretamente frente às ações sobre o meio, pois atribuiu a interferência dos elementos antrópicos (poluição do ar e da água, desmatamento, etc.) a sua saúde.

Foi possível afirmar também que os moradores além de perceberem os problemas ambientais no bairro, atribuíram parte da responsabilidade pelo cuidado com o meio em que vive ao poder público, porém tiveram consciência de que os esses problemas são conseqüências de suas próprias ações, além disso, demonstraram e evidenciaram preocupação com proteção e manutenção do ambiente onde vive.

Outro aspecto relevante foi o morador perceber que os problemas ambientais do bairro esta relacionado com sua condição de vida e, que isso, são conseqüência de suas atitudes em relação a falta de cuidados com o meio ambiente onde vive. Outros chamaram a atenção para a falta de investimentos no setor social.

Acredita-se que os vários aspectos verificados, bem como a atuação do órgão de fiscalização ambiental em Naviraí, constitui o ponto de partida para a realização de projetos recuperação de áreas degradadas para tentar amenizar os problemas ambientais, visando à necessidade de políticas públicas com a participação da sociedade.

Ressaltamos ainda que o estudo da percepção ambiental das sociedades torna-se uma ferramenta que possibilita ao individuo decodificar e interpretar o seu meio na

construção do conhecimento e se constitui em uma abordagem atual e necessária que busca uma nova discussão, que leve o indivíduo a perceber e apreender a organização da sociedade contemporânea.

Quanto à avaliação da pesquisa realizada, pareceu que o seu desenvolvimento foi satisfatório, pois obtivemos resultados positivos, analisados por meio do interesse e participação dos moradores na pesquisa. A utilização do instrumento de coleta de dados junto aos moradores permitiu a visualização da real situação a partir do maior interessado do bairro: o próprio morador.

No que se refere à percepção do ambiente por seus moradores e dirigentes pode vir a auxiliar no processo de desenvolvimento sócio-econômico e ambiental de um lugar, visando uma boa qualidade de vida para seus ocupantes e uma integração saudável ao meio ambiente.

Embora saibamos que a percepção é subjetiva para cada indivíduo, existiram recorrências comuns nas falas de alguns moradores. Isso nos leva a uma relação entre necessidades e comportamentos comuns. Por isso, é possível admitir que os dados obtidos revelem expectativas compartilhadas pelos moradores da área, assim proporcionando suporte à ação pública na criação de políticas e programas urbanísticos.

Tendo em vista que o planejamento urbano municipal é uma ferramenta necessária para o poder público, os órgãos de planejamento urbano local têm a possibilidade de através do Plano Diretor (em andamento no caso de Naviraí) conforme o Estatuto da Cidade, investir em projetos especiais a fim de recuperar a qualidade do ambiente urbano de determinadas áreas e prevenir a deterioração de outras, com a participação dos próprios moradores. É importante ressaltar que a cada mudança de administração pública municipal, as propostas de planejamento vinculadas a essa administração são alteradas ou engavetadas.

Desse modo, se faz necessária a ampliação de estudos científicos a respeito da percepção da população em relação aos problemas ambientais da cidade. A comunidade científica poderia se dedicar a pesquisar o que segue:

- Verificar que contribuição às pesquisas na área da percepção ambiental pode trazer para a Educação Ambiental (EA) e para a melhor qualidade de vida de todos, tendo como base a realidade de cada sujeito.
- Criar um modelo que permita verificar a percepção da população com relação ao seu bairro ou a sua cidade com a finalidade de se obter subsídios para atualizar permanentemente o planejamento urbano;
- Criar um modelo gestor de implementação para novos planos diretores de distritos ou cidades.
- Ampliar os estudos acerca da percepção e do conhecimento da população para outras cidades do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDISON, Ester E, **A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade**. 2003. 152 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ALMEIDA, Rosangela D. de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. **Topofília, topofobia e topocídio em Minas Gerais**. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Ed. da UFSCar, 1996. p. 139–152.

_____. **O Contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na Geografia**. Belo Horizonte, n. 5, 1987. Publicação especial.

_____. **Os estudos da percepção como a última fronteira da gestão ambiental**. Disponível em: <http://ivairr.sites.uol.com.br/percepcaoambi.htm> - Acesso em 22 de novembro 2007. <http://www.uel.br/revistas/geografia/v12n2eletronica/1.pdf>

BARRETO, M. L. S. C. – **Ensaio para uma história**. Naviraí/1985

CARLOS, A. F. A. **Espaço e Indústria**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DEL RIO, Vicente. **Cidade da mente, cidade real: percepção e revitalização da área portuária do RJ**. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. São Paulo: Ed. da UFSCar, 1996. p. 3–22.

FRAGGIONATO, Sandra. **Percepção Ambiental**, 2005. In Silva, Milena S. de. **A percepção ambiental dos moradores de comunidades carentes – ZEIS Brasil**, 2006. Disponível em <http://educar.sc.usp.br>. Acesso em novembro de 2007.

FERRARA, L. D. A. **As Cidades Ilegíveis - Percepção Ambiental e Cidadania**. **Percepção Ambiental: a experiência brasileira**. EdUFSCar, São Carlos, SP 1996.

_____. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico – Naviraí/2000.

JOHNSTON, R. J. (Ed.) **The dictionary of Human Geography**. Oxford: Blackwell, 1994.

JOIA, P.R. Bairros das cidades de Anastácio e Aquidauana: uma proposta de divisão do espaço urbano. **Revista Pantaneira**, Aquidauana, vol. 2, n. 1, p. 27-32, 2000.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ/MS – Atualizada: Emenda nº. 04/96

LOMBARDO, M. A. **Qualidade ambiental e planejamento urbano: considerações e método**. São Paulo, 1995. Tese (Título de Livre Docência em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. (1995, p. 16)

LÜDKE Menga; ANDRÉ, Marli EDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Lucy M. C. Philadelpho. **Paisagem valorizada: a Serra do Mar como espaço e lugar**. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. Percepção ambiental: a experiência brasileira. São Paulo: Ed. da UFSCar, 1996. p. 97–119.

MANSANO, Cleres do N. **Educação Ambiental na escola: uma questão de cidadania**. In: XIII Semana de Geografia. Clima e organização do espaço geográfico. 2003, Maringá (Anais...). Maringá: UEM, 2003. p. 236-239.

MANSANO, Cleres do N. **A escola e o Bairro: Percepção Ambiental e Interpretação do Espaço de alunos do Ensino Fundamental**, 170 f. (Dissertação de Mestrado) em Educação para a Ciência e o Ensino de Matemática do Centro de Ciências Exatas – CCE, da Universidade Estadual de Maringá, 2006.

MORAES, Antonio, C.R. **Geografia pequena história crítica**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

OLIVEIRA, Livia. Percepção da paisagem geográfica: Piaget, Gibson e Tuan. *Geografia*, Rio Claro, v.25, n. 2, p. 5-22, 2000.

PENTEADO, M.M. **Metodologia Integrada no Estudo do Meio Ambiente**. Volume 10, (n.º 20) 125-148 out-1985.

PIAGET, Jean. **Abstração reflexionante: relações lógico-aritméticas e ordem das relações espaciais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Seis estudos em psicologia**. Ed. Labor, 1976.

_____. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 389 p.

RIBEIRO, Luciana M. **Sobre a percepção – contribuições da história para a educação ambiental**. OLAM – Ciências & Tecnologia – Rio Claro / SP, Brasil. Vol. 4 nº 1. Abril/2004. nº 1. Abril/2004 in SILVA, Milena S. de. A percepção ambiental dos moradores de comunidades carentes – a ZEIS Brasilit, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18139/tde - 26032004 - 102050/> . Acessado em 23 de novembro de 2007.

RODRIGUES, A. M. **Produção e consumo do e no espaço: Problemática ambiental urbana**. São Paulo: Hucitec, 1998.

RODRIGUES, Gelze S. C. **A Geografia das representações: um estudo das paisagens do Parque Nacional da Serra da Canastra – MG**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 11, p. 69-94, 2002. Disponível em: < <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geousp/>>. Acesso em: 11 novembro 2007.
SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico** – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação** – 10. ed. – São Paulo : Cortez : Autores Associados, 2000.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia – um estudo de valores e atitudes do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VIOLA, Eduardo J. 1991. "A problemática ambiental do Brasil (1971-1991): da proteção ambiental ao desenvolvimento sustentável". Polis 3:4-14. São Paulo POLIS.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Rosangela D. de. **Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

AMORIM FILHO, Oswaldo B. **Topofília, topofobia e topocídio em Minas Gerais**. In: DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de. *Percepção ambiental: a experiência brasileira*. São Paulo: Ed. da UFSCar, 1996. p. 139–152.

_____. **Os estudos da percepção como a última fronteira da gestão ambiental**. Disponível em: <http://ivairr.sites.uol.com.br/percepcaoambi.htm> - Acesso em 22 de novembro 2007.

_____. **O Contexto teórico do desenvolvimento dos estudos humanísticos e perceptivos na Geografia**. Belo Horizonte, n. 5, 1987. Publicação especial.

BERTÉ, Rodrigo. *Guia Prático de Educação Ambiental e Cidadania*: Editora Gráfica Mileart – Curitiba, PR – 2001. p. 6-8.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. 1996. **Planejamento e gestão ambiental: uma abordagem do ponto de vista dos instrumentos econômicos**. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Brasília, junho de 1996.

CAPRA, F. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1992.

CONSUMO SUSTENTÁVEL: manual de educação. Brasília: Consumers Internacional/MMA/IDEC, 2002, p. 144 : Cortez, 2000.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989, 94 p.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986.

DETONI, Adlai Ralph. **Sobre a percepção espacial**. Rem: Rev. Esc. Minas. Ouro Preto, v.54, n.1, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-672001000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 Jan 2007. doi: 10.1590/S0370-44672001000100014.

DIAS G, F. **Educação Ambiental: princípios e praticas** – 3. ed. – São Paulo: Gaia, 1994.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GONÇALVES, C.W. P. **Formação sócio espacial e questão ambiental no Brasil**. 1990:309-333.

GUIMARÃES, M. O. **O que é Educação Ambiental?** In: _ A Dimensão Ambiental na Educação. Campinas: Papyrus, 1995. p. 17-25

MALHADAS, Z. Z. **AGENDA 21 VAI À ESCOLA: Dupla Ação: Conscientização e Educação Ambiental para a Sustentabilidade** : NIMAD – Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento Universidade Federal do Paraná – Curitiba/2001

MEDINA, N, M., Santos da C. E. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MONTEIRO, C. A. F. **A Questão Ambiental no Brasil- 1960/1980**. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1981.p.133.

MOREIRA, Antonio Cláudio M L. **Conceitos de ambiente e de impacto ambiental aplicáveis ao meio urbano**. Material didático da disciplina de pós-graduação AUP 5861 - Políticas públicas de proteção do ambiente urbano. São Paulo: 1999.

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro** – São Paulo: Cortez Brasília, DF : UNESCO , 2000.

NOVAES, Washington (Coord.). **Agenda 21 brasileira: bases para discussão**. Brasília: MMA / PNUD, 2000. 196 p.

OLIVEIRA, L. de. **Os estudos de percepção do meio ambiente no Brasil**. In: OLAM – Ciências & Tecnologia. Rio Claro (SP), Vol. 4, N. 1, Abril/2004.

OLIVEIRA, Livia & MACHADO, Lucy M. C. P. **Como adolescentes percebem geograficamente relações espaciais topológicas e euclidianas, através de pré-mapas**. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, AGETEO, v.5, n.9, p.33-62, 1975.

OLIVEIRA, Livia. **Contribuição ao ensino de Geografia**. 1967. 82p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de Campinas, Rio Claro.

OLIVEIRA, Livia & XAVIER, Herbe. A percepção e a representação do espaço geográfico. **Revista Pedagógica**, v.54, 1991.

OLIVEIRA, Livia. Considerações sobre o ensino da Geografia no primário. **Revista Rio Claro**, Rio Claro, p.78-80, 1964.

OLIVEIRA, Livia. **Contribuição ao ensino de Geografia**. 1967. 82p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de Campinas, Rio Claro.

OLIVEIRA, Livia. **Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica**. **Geografia**, Rio Claro, v.2, n.3, p.61-72, abr. 1977.

OLIVEIRA, Livia. **Estudo metodológico e cognitivo do mapa**. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1978. 128p.

OLIVEIRA, Livia & MACHADO, Lucy M. C. P. **Como adolescentes percebem geograficamente relações espaciais topológicas e euclidianas, através de pré-mapas**. Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro, AGETEO, v.5, n.9, p.33-62, 1975.

OLIVEIRA, Livia; RUBINI, S. A. & FITTIPALDI, R. M. A. **Um estudo sobre representação do espaço entre crianças, segundo Piaget**. Boletim da União Paulista dos Estudantes de Geografia, v.III, n.1, 1971.

PEDRINI, A. G. **Educação Ambiental: reflexões e práticas contemporâneas** – Petrópolis: Vozes, 1997.

PENTEADO, M.M. **Metodologia Integrada no Estudo do Meio Ambiente**. Volume 10, (n.º 20) 125-148 out-1985.

REIGOTA M. **A floresta e a escola: por uma educação pós-moderna.** São Paulo: Cortez, 1999.

_____ **O que é educação ambiental.** São Paulo: brasiliense, 1994.

_____ **Meio Ambiente e representação social.** 6 ed. São Paulo, Cortez, 2004

_____ **Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1982. 126 p.

RIBEIRO, Luciana M. **Sobre a percepção – contribuições da história para a educação ambiental.** OLAM – Ciências & Tecnologia – Rio Claro / SP, Brasil. Vol. 4 nº 1. Abril/2004.

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro de entrevista com os moradores do bairro Jardim Paraíso

1. Nome;
2. Idade;
3. Sexo;
4. Escolaridade;
5. Renda;
6. Interesse por assuntos relacionados ao meio ambiente;
7. Tipo de informações sobre problemas ambientais;
8. Forma como obtêm essas informações;
9. Conhecimento sobre leis ambientais;
10. Quem fiscaliza as leis ambientais;
11. Responsabilidade pelo cumprimento dessas leis;
12. Conhecimento dos problemas ambientais do bairro Jardim Paraíso;
13. A interferência de tais problemas no seu bem-estar;
14. Prática de ação que pode ajudar a melhorar ambientalmente a vida.

ANEXO B – Roteiro de entrevista com o gerente de meio ambiente de Naviraí/MS

1. Nome;
2. Idade;
3. Sexo;
4. Cargo (há quanto tempo?);
5. Formação;
6. Quanto tempo de residência no Município;
7. Existe legislação ambiental em Naviraí;
8. Como o órgão ambiental atua;
9. Tem algum tipo de parceria;
10. Como funciona a parceria;
11. Que tipo de problema ambiental existe no Município.
12. E no bairro Jardim Paraíso.

ANEXO C – Lei Complementar N.º. 049/2004

**LEI COMPLEMENTAR N.º 049/2004**

"Dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente do Município de Naviraí, disciplina o licenciamento ambiental, define infrações administrativas ambientais, institui o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Meio Ambiente, dando outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Naviraí, Estado de Mato Grosso do Sul, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei na forma dos artigos 173 a 182 da Lei Orgânica do Município.

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. Esta Lei, fundamentada no interesse local e nos artigos 173 a 182 da Lei Orgânica do Município de Naviraí, institui a Política Municipal de Meio Ambiente, regula a ação do Poder Público Municipal com os cidadãos e instituições públicas e privadas, na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação, uso sustentado dos recursos naturais e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bens de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Art. 2º. A política Municipal de meio ambiente de Naviraí tem como finalidade, respeitadas as competências da União e do Estado, manter o meio ambiente equilibrado, buscando orientar o desenvolvimento socioeconômico em bases sustentáveis, orientando-se pelos seguintes princípios:

I - o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras;

II - o planejamento e a fiscalização do uso dos recursos naturais;

III - a gestão do meio ambiente com a participação efetiva da sociedade nos processos de tomada de decisões sobre o uso dos recursos naturais e nas ações de controle e defesa ambiental;

IV - a articulação e integração com as demais políticas setoriais e com as políticas federal e estadual de meio ambiente, bem como, com as dos Municípios contíguos, através de consórcios, para a solução de problemas comuns;

V - a multidisciplinariedade no trato das questões ambientais;

VI - o uso racional dos recursos naturais;

VII - o cumprimento da função ambiental, inclusa na função social das propriedades urbanas e rurais;

VIII - a educação ambiental como base transformadora e mobilizadora da sociedade;

IX - o incentivo à pesquisa científica e tecnológica voltadas para o uso, proteção, conservação, monitoramento e recuperação do meio ambiente, com ênfase para aquelas que possam assegurar o desenvolvimento de práticas econômicas a partir do manejo sustentável dos recursos naturais presentes nos ecossistemas que cobrem o território municipal;

X - a proteção da flora e da fauna e de seus habitats, incentivando a formação de corredores ecológicos;

XI - a proteção das áreas de preservação permanente, das Unidades de Conservação, das áreas de arborização urbana e de especial interesse ecológico, bem como daquelas ameaçadas de degradação;

XII - a demarcação e proteção das áreas de mananciais do Município, disciplinando o uso e a exploração dos recursos hídricos tendo as microbacias hidrográficas como unidades territoriais de planejamento;

XIII - a responsabilidade civil objetiva e administrativa do poluidor de indenizar pelos danos causados ao meio ambiente;

XIV - a garantia de prestação de informações relativas às condições ambientais à população.

Art. 3º. *Para os fins previstos nesta lei, e de modo uniforme aos conceitos das legislações federal e estadual, entende-se por:*

*I - **Meio Ambiente:** o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;*

*II – **Degradação:** o processo gradual de alteração negativa do ambiente resultante de atividades que possam causar desequilíbrio e destruição parcial ou total dos ecossistemas;*

*III – **Poluição:** a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:*

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população;

b) criem condições adversas ao desenvolvimento das atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a fauna e flora do território do Município;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matéria ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

*IV – **Poluidor:** a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;*

*V - **Recursos Naturais:** a atmosfera, as águas, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, a fauna e a flora;*

*VI - **Desenvolvimento Sustentável:** o desenvolvimento econômico, lastreado em bases técnico-científicas, que respeitem a renovabilidade dos recursos naturais, de modo a garantir seu uso por esta e pelas futuras gerações;*

*VII - **Arborização Urbana:** qualquer árvore, de porte adulto ou em formação, existente em logradouros;*

*VIII - **Áreas Verdes Municipais:** qualquer área pública revestida de vegetação natural, gramado, forração ou jardins.*

*IX–**Preservação:** Manter em certo estado ou condição sem interferência humana ocorrendo assim à recuperação natural.*

*X – **Conservação:** Utilizar-se da interferência humana para se preservar um ambiente ajudando-o assim a se recuperar.*

ANEXO D - DECRETO Nº 10.602, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2001.

Altera dispositivos do Decreto nº 10.081, de 4 de outubro de 2000, que dispõe sobre a regulamentação das atividades de Monitor Ambiental e Monitor de Pesca Amadora.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do art. 89 da Constituição Estadual e, tendo em vista a reorganização da estrutura básica do Poder Executivo promovida pela Lei nº 2.152, de 26 de outubro de 2000,

D E C R E T A:

Art. 1º Os dispositivos do Decreto nº 10.081, de 4 de outubro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Consideram-se Monitor Ambiental e Monitor de Pesca Amadora, os profissionais que, devidamente credenciados pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, exerçam as atividades de acompanhamento, orientação e disseminação de informações a pessoas ou a grupos, em visita aos atrativos turísticos do Estado, na qualidade de auxiliar de guia de turismo." (NR)

"Art. 3º Fica a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul autorizada a oferecer, com meios e recursos próprios, ou por intermédio de convênio com outras instituições, os cursos de Monitor Ambiental e Monitor de Pesca Amadora.

.....

§ 2º Outras exigências poderão ser determinadas pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, com a finalidade de atender às necessidades específicas de cada atividade.

§ 3º A instituição que deseja oferecer os cursos de que trata este Decreto, requererá o seu credenciamento na Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, observadas as exigências previstas no § 1º.

.....

§ 5º A Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul elaborará, para servir de modelo, o certificado de conclusão, destinado aos formandos, do qual constarão, além dos seus dados pessoais, a denominação do curso ministrado, a carga horária e outros dados que achar conveniente.

§ 6º Para o curso concluído, a instituição que houver sido credenciada, remeterá à Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, no prazo de 10 (dez) dias, relatório, contendo ata de resultados finais com especificação dos aprovados e reprovados." (NR)

"Art. 4º Para credenciar-se na Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul como Monitor Ambiental e Monitor de Pesca Amadora o interessado protocolizará o seu requerimento instruído dos seguintes documentos em xerocópias:

.....

Parágrafo único. Ao requerente, devidamente credenciado, será fornecido pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, o documento de identificação pessoal, em modelo próprio, imprescindível ao exercício de suas atividades." (NR)

"Art. 5º A idade e a escolaridade mínimas para a freqüência dos cursos serão definidas em conjunto com a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul e o órgão oficial de turismo do Município." (NR)

"Art. 6º Ao Monitor Ambiental e ao Monitor de Pesca Amadora que exercer irregularmente suas atividades, serão aplicadas pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul ou pelo órgão de turismo do Município, as seguintes penalidades:

....." (NR)

"Art. 7º Fica a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul, ouvida a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo, autorizada a editar normas complementares, no prazo de 30 (trinta) dias, para o fiel cumprimento do disposto neste Decreto." (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Grande, 21 de dezembro de 2001.

JOSÉ ORCÍRIO MIRANDA DOS SANTOS

Governador